

Miséria na filosofia marxista: Moïshe Postone leitor do *Capital**

JACQUES BIDET**

O livro de Moïshe Postone, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*,¹ desfruta de ampla recepção, como comprovam as inúmeras traduções recentes (alemã, espanhola, brasileira, francesa) e as resenhas elogiosas que estas propiciam. Certos leitores, e é o meu caso, podem achar seu conteúdo científico insignificante e seu teor político desastroso, e, no entanto, desejar que o debate que ele suscitou vá até o fim. Por um lado, pode-se perguntar como tal imbróglio pode receber o assentimento de doutores tão eruditos: será que a filosofia marxista se interessa tão pouco pela teoria de Marx? Pelo outro, pode-se pensar que esse livro não suscitaria tal interesse se não respondesse a certas expectativas, absolutamente legítimas; e resta saber se é possível dar-lhes respostas mais adequadas.

* Este texto foi publicado originalmente na revista *Période*. A tradução brasileira é de Maria Leonor Loureiro.

** Jacques Bidet é filósofo e autor de diversos livros de filosofia e de teoria social. É fundador e diretor honorário da revista *Actuel Marx*. Publicou no Brasil o livro *Explicação e reconstrução do Capital* (Campinas, Editora da Unicamp, 2010). É membro do grupo de colaboradores internacionais de *Crítica Marxista*.

1 Moïshe Postone, *Temps, travail et domination sociale, Une interprétation de la théorie critique de Marx*. Paris: Mille et une nuits, 2009 [1993]. Há edição brasileira, traduzida por Amilton Reis e Paulo César Castanheira e publicada pela Boitempo Editorial (2014). É à edição francesa, porém, que remetemos os números de páginas aqui indicados. As referências ao *Capital* remetem aos oito volumes das Éditions Sociales (sob as siglas K1 até K8). As referentes aos *Grundrisse* remetem aos dois volumes das Éditions Sociales.

Argumentar contra Postone poderia parecer uma empresa bastante fútil. Pareceu-me, no entanto, que poderia haver nisso uma utilidade mais geral: elucidar a miséria de uma leitura “filosofante” de Marx que impregna uma boa parte dos comentários “autorizados” e se impõe em certos círculos supostamente radicais. Poder-se-ia encontrar outros exemplos pelo lado da “Nova Crítica do Valor”, da “Nova Dialética”, de enfoques inspirados em Heidegger, e outras leituras totalizantes que tratam o capitalismo como um “sistema”. Mas Postone fornece o modelo mais acabado, numa forma em que os traços são aumentados como à lupa. Tratar-se-ia de um puro exercício acadêmico se esse recuo filosófico não traduzisse, no terreno da teoria, a crise política que a contrarrevolução neoliberal suscita.²

1. Postone *versus* Marx

1.1 Postone, intérprete, exegeta e profeta

O trabalho de Postone nos reconduz, no essencial, aos anos 1970 e 1980, anos do desencantamento com todos os socialismos, ou assim supostos, do Leste e do Oeste, antes que o neoliberalismo viesse suscitar outras preocupações. Por outro lado, ele poderia também parecer responder às exigências de uma crítica do “produtivismo” e da mercantilização universal. Mas ele parece bem pouco apropriado a produzir tais efeitos. Então, por que encontra acolhida tão positiva nos meios marxistas acadêmicos?

Minha hipótese é que ele exprime uma profunda confusão política e intelectual que impele uma parte da comunidade de tradição marxista a se concentrar numa crítica puramente utópica do capitalismo, em vez de se empenhar num trabalho teórico levando a uma estratégia política. O procedimento de Postone alimenta-se, no essencial, de uma antecipação da condição última de uma humanidade supostamente emancipada, nos termos do que Marx, na *Crítica do Programa de Gotha*, designava como a “segunda fase do comunismo”, aquela que adviria na era da “abundância” – e que, depois, se designou classicamente como a do “comunismo”, enquanto superação do “socialismo”. Postone não usa esse vocabulário, mas é exatamente a sua ideia, aquela que a sua palavra de ordem plurívoca exprime: abolir a mercadoria, abolir o valor, abolir o trabalho. Ou seja, também, como se verá, abolir o tempo. Miséria teórica, que responde à miséria política que nos oprime.

A tese geral de Postone é que “o capital” não é senão “o valor”, cuja essência mesma, imanente à mercadoria, é estar em processo de autoacumulação sob o regime de um trabalho abstrato que, governando o trabalho concreto, constitui a “mediação universal”, a “estrutura” mesma do mundo capitalista e moderno em geral. São os seus termos. Portanto, diz ele, é a “base-valor”, da qual o trabalho

² A argumentação apresentada aqui será retomada numa outra forma, mais breve, em *Le Néolibéralisme comme régime et comme subjectivité* [O neoliberalismo como regime e como subjetividade] (em preparação), capítulo 3, “O capitalismo entre subjetividade e totalidade”.

abstrato seria a “substância”, que é preciso abolir, com a “forma trabalho” que lhe corresponde. Postone não julga a tarefa desesperada. Ele recusa o pessimismo. Pois, devido ao desenvolvimento científico e técnico que esse processo de valor acabou por engendrar, o trabalho, ao menos o “trabalho proletário”, torna-se cada vez mais “supérfluo”. Chegou a hora de um reaproveitamento da potência produtiva que se concentrou no grande Sujeito “capital”. Porém, nenhuma via “estratégica” é proposta ao leitor.

Um dos problemas desse programa é que ele se vale de Marx. Nas 600 páginas do texto, nenhuma crítica lhe é dirigida. O “pensamento de Marx”, ou pelo menos o do “Marx da maturidade”, é, como a *Bíblia* em seu tempo, suposto em todos os pontos conforme a ele mesmo, e os diversos documentos através dos quais ele nos chega, manuscritos ou textos publicados pelo autor, devem confirmar-se uns aos outros. O que é facilitado por uma escolha judiciosa dos fragmentos retidos e o afastamento de tudo o que poderia perturbar a harmonia da composição. Em contraste tônico com aqueles que imaginariam que é preciso se afastar de Marx num ou noutro ponto.

Um leitor infiel não deveria, no entanto, ter demasiada dificuldade em notar que essa construção tem muito pouco a ver com o universo conceitual do *Capital*, texto, contudo, mais frequentemente invocado. Ele não pode deixar de ficar primeiro impressionado por toda uma série de enunciados inéditos e surpreendentes. O autor esforça-se, durante toda a obra, para confundir tudo o que Marx assumiu como tarefa distinguir, de tal modo que parece constantemente se debater desesperadamente no abismo de confusões no qual ele mesmo se afundou. E é preciso um tempo bastante longo de leitura e releitura para se orientar. À medida que se avança num cotejo linha a linha desse texto, toma-se consciência da enormidade do “trabalho” subversivo que se encontra aí realizado. Pô-lo de novo do direito anuncia-se como uma tarefa complicada. Não é de espantar que esse livro passe por difícil.

Althusser voltara notoriamente a pôr em causa certo hegelianismo histórico interpretado em termos marxistas, no qual o proletariado universal vinha figurar como o grande Sujeito da história, como figura do Homem. Ele afastava a ideia de que se possa ler assim *O capital*. Colocando a elaboração de Marx a uma boa distância crítica, convidava a tomá-la como um (simples) fato de “ciência social” comum, a considerá-la no seu processo de produção, de correções sucessivas e de inacabamento. Ele acreditava poder decodificar nesse sentido a sequência de pesquisas indo da conceptualização filosófica do “jovem” Marx à conceptualidade de tipo “materialismo histórico” ao qual esse mesmo Marx chega na “maturidade” – o que a filologia ulterior confirmou amplamente. Também Postone pretende questionar o mito da classe operária como grande Sujeito. Mas, é para criar outro grande Sujeito, “o capital”, que ele reinveste de toda a carga filosófica da razão-desrazão na história moderna. E, para fazê-lo, ao contrário de Althusser, ele toma Marx no sentido inverso, procurando a verdade do *Capital* nos *Grundrisse*, supostamente mais ricos em filosofia. Não é o único a adotar essa perspectiva. Mas conduz o

caso de maneira exemplar, talvez insuperável. Muito esquematicamente, Postone restaura o edifício tentando retraduzir o teórico do *Capital* nos termos do filosófico dos *Grundrisse* (ao menos de algumas passagens desse manuscrito). Ou seja, num sistema de noções filosóficas que, no processo de invenção teórica, funcionaram antes – como se vê retrospectivamente – como primeiros instrumentos de referência, os quais frequentemente se revelaram inadequados à construção de uma teoria da sociedade capitalista. Essa operação de volta atrás termina, a meu ver, por neutralizar pura e simplesmente a teorização de Marx, tanto quanto o trabalho teórico a que ele recorre aí. É de uma maneira completamente diferente, parece-me, que a filosofia deve “trabalhar” com o materialismo histórico.³

Resta a dificuldade da leitura, que se deve ao fato de Postone apelar constantemente para seu mestre mesmo quando o contradiz diametralmente. Pode parecer surpreendente que isso possa escapar ao leitor. O subterfúgio consiste em pequenas inovações terminológicas sub-reptícias, atribuídas a Marx (“segundo Marx”, como está dito em cada página), que podem passar desapercibidas – mas que, como se verá, mudam tudo. Ele resolve assim a quadratura do círculo, assegurando-se de antemão do *satisfecit* dos fanáticos de Marx (que podem, aliás, encontrar boas páginas, como aquelas em que ele percorre de novo a “trajetória” histórica da manufatura à grande indústria, p.477 et seq.), e daqueles que aguardam um marxismo “novo”, enfim emancipador, um marxismo em ruptura com o marxismo.

Em *O capital*, Marx, como se sabe, levanta uma quantidade de questões que deixa por resolver. Mas reconhece-se em geral que ele queria notadamente mostrar duas coisas, que permanecem muito atuais. Por um lado, que o sistema de produção capitalista não é natural, nem eterno: não deve então ser compreendido como uma “economia” de valor universal. Por outro lado, que, contrariamente ao que pretende, não é uma “economia de mercado”: não é fundado na troca, como querem os clássicos, e outros depois deles, mas na exploração da força de trabalho como uma mercadoria capaz de produzir mais-valia. Ora, este procedimento emprega três “níveis de abstração”: o da produção em geral ou do trabalho em geral (N1), o da produção mercantil ou da lógica mercantil de produção (N2), o da

3 Dediquei-me, a partir de uma tese defendida em 1982, publicada em 1985 – ou seja, cerca de dez anos antes de surgirem os trabalhos de Postone –, depois em vários livros, às questões com as quais ele se confronta. E isso, amplamente, sobre a base de estudos dos mesmos textos de Marx e de marxistas posteriores. Trata-se especialmente de: *Que faire du “Capital”?* (Paris: Klincksieck, 1985 [2.ed. Paris: PUF, 2000]), *Théorie générale* (Paris: PUF, 1999), *Explication et reconstruction du Capital* (Paris: PUF, 2004) *L'État-monde, Libéralisme, Socialisme et Communisme à l'échelle globale, Refondation du marxisme* (Paris: PUF, 2011), *Foucault avec Marx* (Paris: La Fabrique, 2014). Como assumo, no essencial, o fio condutor que foi o meu desde o começo – que continuo efetivamente a explorar nos terrenos mais concretos da história e da sociologia política –, permitam-me referir-me a ele sob as seguintes siglas: QF?, TG, ERC, EM, FM. O leitor poderá assim encontrar o desenvolvimento de análises de conceitos e de textos, que aqui só podem ser brevemente evocados. *Altermarxisme, Un autre marxisme pour un autre monde* (Paris: PUF, 2007), escrito em colaboração com o economista Gérard Duménil, sobre a base de análises convergentes, indica a que perspectiva histórico-estratégica conduz este tipo de posição.

produção mercantil capitalista (N3). A tentativa de Postone equivale a constituir os dois últimos níveis em um único (N2=N3), numa relação pouco clara com o primeiro (N1). Seu discurso não é “possível” a não ser à custa de múltiplas confusões entre esses três níveis.

Esse esquema N1, N2 e N3 comanda toda a exposição teórica e toda a análise concreta. Marx não conseguirá clarificá-lo senão ao fim de uma longa e tateante pesquisa, que acaba – se é que está acabada – apenas nas últimas versões do *Capital*. Nos *Grundrisse*, ele ainda não está nesse estágio de elaboração. No entanto, é aí que Postone procurará “as chaves”. Para apreender a extensão das confusões que derivam daí é, então, necessário começar por examinar o que ele é na exposição final de Marx.

N1, o trabalho em geral. A presença, em *O capital*, deste nível mais “abstrato”, N1, pode escapar ao leitor. Pois Marx, contrariamente ao que considerara inicialmente (2011, p.43), fez a escolha de não retomar o tipo de exposição anterior que figurava na *Introdução* de seu esboço. Ele não começa, portanto, pelo “trabalho em geral”. Só o fará intervir de maneira lateral, quando isso for necessário para um bom entendimento da exposição.

A passagem mais conhecida é a do capítulo 7 do Livro I, momento central da exposição, onde Marx expõe a diferença entre N1 e N3. Ele analisa num primeiro parágrafo – “I. O processo de trabalho” (versão alemã) ou “a produção de valores de uso” (versão francesa) – o trabalho, considerado em geral, como uma relação do homem com a natureza, visando um produto pelo emprego de meios de produção, ou seja, N1. Depois, num segundo parágrafo, “II. A produção de mais-valia”, que ele define como processo de trabalho propriamente capitalista”, ou seja, N3. Esta implica sempre a produção de um valor de uso, mas sua finalidade própria é que uma mais-valia se desprenda desse processo de trabalho. A apresentação (N1) do “trabalho em geral”, centrada no valor de uso, permanece, no entanto, incompleta. Falta-lhe notadamente o outro aspecto, o do “trabalho abstrato”, ou seja, o dispêndio de força de trabalho sempre suposto, seja qual for o trabalho “concreto” considerado, sua tecnologia e seu objetivo definido.

Encontramos uma exposição mais completa no luminoso pequeno parágrafo dedicado a Robinson (1982, p.88-89). O essencial encontra-se aí definido em poucas palavras. Robinson é o trabalhador em geral: ele figura a “produção em geral”, antes mesmo de toda consideração de qualquer divisão social do trabalho dentro de um grupo. Ele deve “dividir seu tempo entre suas diversas ocupações”, portanto, segundo diversas espécies de trabalho concreto; mas esses “diversos modos de trabalho humano” têm sempre por contrapartida o que Marx designa como o trabalho humano abstrato – no sentido em que o trabalho é sempre “trabalho”, um dispêndio ponderado de força de trabalho, sejam quais forem a forma e o objeto concretos. Robinson se interessa, portanto, “pelo tempo de trabalho que lhe custam em média quantidades determinadas desses diversos produtos”. As coisas são aqui “simples e transparentes”. Em suma, o trabalho em geral se

apresenta segundo dois “lados”: trabalho “concreto” em relação ao valor de uso que ele produz, trabalho “abstrato” do dispêndio físico que ele requer num tempo definido. É nesse sentido que Marx pode concluir: “todas as determinações essenciais do valor estão aí contidas”. Ou seja: o trabalho concreto, o trabalho abstrato, os valores de uso e as relações entre estes no que diz respeito ao trabalho implicado na sua produção. Marx volta, em diversos textos, a essa matriz do trabalho em geral.

N2, *o trabalho mercantil, a produção mercantil*. O que Marx, em *O capital*, vai propriamente designar como “o valor” é próprio da produção mercantil, N2. Quando se passa do trabalho em geral ao trabalho em sociedade, a determinação dos valores de uso a produzir e das condições da sua produção requer mediações sociais particulares. Marx elucida-o nos *Grundrisse* (2011, p.108-109): se o produtor estivesse, como Robinson, sozinho no mundo, poderíamos contentar-nos em dizer que seu trabalho é de algum modo a moeda com a qual ele compra seu produto. Mas é uma “moeda particular que não compra (...) senão esse produto determinado”. Assim que os homens produzem em conjunto, uns para os outros, “é preciso naturalmente que haja mediação”, ou seja, um dispositivo racional de coordenação social. E ele distingue duas mediações. A primeira é o mercado, pelo qual o trabalho particular se acha “colocado como universal” através da “troca”. Encontramo-la, como se sabe, no princípio mesmo do capitalismo. A outra seria, escreve ele, uma “organização” comum da produção, que articularia os trabalhos não “*post festum*”, através de um equilíbrio de mercado, mas “de antemão”, sobre a base da propriedade coletiva. Ela seria a base do socialismo. Ela emerge no capitalismo. Mas, para chegar a esse ponto, Marx deve construir o conceito de “modo de produção capitalista”.

Ele não pode, porém, começar pelo “capitalismo”, pois este é uma elaboração particular de um modo de coordenação mais geral, que não se encontra apenas nas sociedades modernas: a produção mercantil como tal, como lógica de produção de mercadorias N2. Tal é o objeto da Seção 1 do Livro I, preliminar indispensável à exposição do capitalismo.

N3, *o trabalho mercadoria, a produção capitalista*. O problema será, portanto, passar desse nível N2 ao nível N3, o da lógica de produção mercantil capitalista enquanto produção de mais-valia, exposto na Seção 3. Essas “passagens”, de N1 a N2 e de N2 a N3, não fazem desaparecer o nível anterior. O capitalismo (N3) não produzirá mais-valia a não ser produzindo mercadorias (N2) que implicam produtos “úteis”, tendo valor de uso (N1): o sistema de coações racionais enunciado na Seção 1 permanece.

É nesse sentido que Marx procede da produção mercantil como tal à produção capitalista.⁴ Ele enuncia esse resultado teórico decisivo, na forma de conclusão, no final do famoso capítulo 7, núcleo do Livro I:

4 Ver QF?, p.142 e et seq.; ERC, p.39 et seq.; EM, p.36 et seq.

Como se vê, a diferença entre o trabalho útil e o trabalho fonte de valor que constatávamos no início das nossas pesquisas pela análise da mercadoria, acaba de se manifestar como diferença entre as duas faces da produção mercantil. Assim que ela se apresenta não mais simplesmente como unidade do trabalho útil e do trabalho criador de valor, mas ainda como unidade do trabalho útil e do trabalho criador de mais-valia, a produção mercantil torna-se produção capitalista, ou seja, produção mercantil em forma capitalista. (1982, p.196-197)

A produção capitalista (N3) é, portanto, uma produção mercantil específica; o conceito de produção mercantil (N2) aplica-se também a formações sociais anteriores.

O objeto da Seção 1 (que não é simplesmente um discurso sobre a “circulação”, como é entendido quase sempre na vulgata exegética) é, portanto, a produção mercantil (N2). E o da Seção 3, a produção capitalista (N3). E o problema teórico concretamente mais importante (hoje mais do que nunca) é sem dúvida, como se mostrará, o da relação entre esses dois termos. É esse problema que Postone faz desaparecer ao identificar os dois termos, N2 e N3.⁵ Eis o que eu gostaria de mostrar percorrendo sucessivamente (2) sua problemática geral, (3) sua interpretação da mercadoria e do valor, (4) do capital e da sua abstração, (5) do trabalho e da dominação, (6) da história e da modernidade, (7) do declínio do “trabalho proletário”, e (8) da superação do capitalismo.

2. Postone perdido em seus adversários e em seu método

Postone coloca-se como herdeiro crítico do marxismo de Frankfurt, cujo projeto de uma “crítica imanente” ele entende refundar, ultrapassando sua tendência fatal ao “pessimismo”. O caráter de viva polêmica do livro deve-se a que ele toma como adversário certo “marxismo tradicional” (2.1). É contra este que ele volta seu “método”, baseado na utilização dos *Grundrisse* como chave suposta do *Capital* (2.2).

2.1. A invenção do adversário: o “marxismo tradicional”

Além das exposições dedicadas a Pollock, Horkheimer e outros, como Dobb ou Sweezy, o “marxismo tradicional” aparece, ao longo da obra, como uma figura

5 Não pretendo que esta matriz marxiana seja inteiramente aceitável. Tentei ao contrário mostrar, especialmente nos três últimos livros mencionados antes, que a modernidade na qual se desenvolve o capitalismo se define pelo encontro histórico das duas mediações (o mercado e a organização) que Marx identificou tão genialmente, mas das quais fez, por engano, os elementos de uma sequência histórico-teleológica que conduz de uma a outra como do capitalismo ao socialismo. A reconstrução da teoria sobre a base da articulação entre essas duas mediações é, parece-me, rica de ensinamentos em todas as áreas da economia, da sociologia, da história, da política e da cultura (é o tema do *EM*). Ela é necessária, caso se queira ainda pelo menos se referir ao marxismo. Mas isso não impede de considerar a parte de verdade que se deve a Marx, dentro de seus limites. E mantenho que Postone não faz outra coisa, pelo menos tanto quanto faz obra original, senão dissolver esta parte de verdade na insignificância.

secundária na qual se encontram os traços de diversos “socialismos” históricos e de diversos discursos que tentaram formular-lhes as perspectivas. Só progressivamente se compreende sua função na estratégia de escrita de Postone.

De maneira insistente, pede-se ao leitor que desconfie das considerações que abrangem a propriedade privada e o mercado, a relação de produção e de exploração e as relações de classe. A instrução volta aproximadamente de quinze em quinze páginas,⁶ formulada de maneira quase canônica: tudo isso (propriedade, mercado, classes sociais, exploração...) conta, “é claro”, mas o essencial não está aí, deve-se “antes” procurá-lo num nível mais profundo da “mediação social”. O capítulo 1 visa “o Estado-providência” e o “socialismo realmente existente”, o da URSS, como variantes do “capitalismo intervencionista de Estado” (p.30, n.1). A crise atual “indica que o capitalismo continua a se desenvolver segundo uma dinâmica quase autônoma” (p.31), crise que o marxismo tradicional, exclusivamente preocupado com propriedade pública, planejamento e redistribuição, não pode realmente compreender.

Seu primeiro defeito é, efetivamente, limitar-se a esses problemas “técnicos” de “distribuição” (p.61) que seriam, na visão de Postone, as relações de mercado e de exploração, e não pensar o socialismo senão como outra forma de distribuição (p.24, 99...).⁷ Postone tem naturalmente razão ao sublinhar que, na relação capitalista, há outra coisa além da exploração: uma lógica de abstração e de destruição. E é bem verdade que a consciência ecológica é relativamente recente no interior do marxismo. Esse é o princípio justificado da sua crítica, embora ela não nos ajude muito a ver mais claramente. Mas Sweezy formula uma excelente definição da “lei do valor” em Marx compreendida como a da produção mercantil (N2): uma lei que regula “a) as taxas de troca entre mercadorias, b) as quantidades a produzir de cada uma dessas mercadorias, c) a alocação de força de trabalho nos diversos ramos da produção”. Postone, que comenta essas formulações na p.75 e seguintes, acrescenta, referindo-se a Ernest Mandel, que “o valor” “pode igualmente ser distribuído por meio de planejamento” (p.76). Essa maneira de conceber os socialismos e comunismos do século XX como procedimentos de distribuição, e que esse seria retrospectivamente seu papel na história moderna, pode parecer um tanto insuficiente.

O segundo defeito do marxismo tradicional seria estar centrado numa antropologia do trabalho, do homem como produtor, cujo desenvolvimento é doravante entravado pelo capitalismo e cuja realização plena o socialismo deveria assegurar, através da propriedade pública e do planejamento. A isso se vincula a ideia de “classe operária”, sujeito revolucionário, sujeito da história da nossa emancipação

6 Ver especialmente as páginas 16, 17, 20, 27, 69, 115, 119, 126, 133 n.2, 187, 229, 236, 239, 243, 273, 294, 317, 408, 409, 414, 462, 468, 500, 511, 535.

7 “Distribuição”. Encontra-se este termo empregado num sentido amplo no início dos *Grundrisse*. Mas está claro que ele não permite significar a configuração político-econômica dinâmica da relação entre classes exposta em *O capital*.

comum, realizando-se de algum modo através do processo industrial. Ou seja, a temática do jovem Lukács (p.122), cuja afirmação Postone retoma e inverte: o proletariado, longe de ser a antítese do capitalismo, seria a sua perfeita realização. O proletariado é “constitutivo do capitalismo” (p.543). Ao marxismo tradicional, que se atribuiria como objetivo a realização histórica do trabalho no proletariado como classe universal, ele opõe uma perspectiva fundada na crítica da “noção especial do trabalho sob o capitalismo” (p.160) – formulação canônica recorrente, que estará no centro do seu discurso. Em suma, parece-me, trata-se menos de uma crítica do capitalismo que de uma crítica do “marxismo tradicional” concebido como filosofia dialética da história em forma de grande narrativa de um grande sujeito proletário. Mas se pode compreender a história e a sociologia dos diversos “socialismos” a partir de alguns discursos que eles puderam suscitar?

Um terceiro defeito do marxismo tradicional diria respeito à maneira como é concebida a “crítica da economia política”. Fixando-se no “mercado, na dominação de classe e na exploração” (p.41), ele se limitaria a categorias, ou exigências, não históricas, e não conseguiria confrontar o capitalismo às suas próprias estruturas. Postone retoma um tema da tradição da teoria crítica: a verdadeira crítica se define como imanente, “intrínseca” ao objeto do qual fala, como uma “parte integrante da realidade social na qual ela se inscreve” (p.36). Certamente. A crítica seria vã se não conseguisse manifestar que se origina na própria estrutura social. Esta ideia é central em Marx. Mas Postone situa a contradição entre o que é a sociedade sob o capitalismo e o que ela “deveria ser” (p.137). Uma saída mais “kantiana” do que “hegeliana”. E que parece mais definir um extrínseco do que um intrínseco.

2.2 O estranho método filológico-teórico alegado

Postone não se interessa pelo trabalho de pesquisa tal como ele se apresenta em textos inicialmente manuscritos, depois retomado e remanejado ao longo de muitos anos, nem pelas lacunas, nem pelas rasuras, nem pelas faltas, nem pelas revisões. Ele trata as obras marxianas, em todo caso as da maturidade, distinguidas das obras filosóficas de juventude, como os elementos de uma soma concluída de antemão. Entretanto, a seu ver, certos textos devem fornecer a chave dos outros. A ideia não é absurda. Mas deve ser tomada no sentido inverso. Pode-se efetivamente pensar que Marx, a exemplo dos pesquisadores comuns, nunca redigiu sobre o mesmo assunto um texto novo a não ser para corrigir o antigo, para ir mais longe, tentar resolver os problemas que ali se escondem. Quando, de uma versão à outra, ele vem a escrever outra coisa ou a proceder de outro modo sobre o mesmo assunto, quando introduz novos conceitos e elimina outros, ou suprime tal ou qual consideração, deve-se, com efeito, perguntar por quê. Marx deveria então ser lido a partir dos últimos textos que propõe para publicação, a partir da versão final de *O capital*.

Esse longo trabalho de pesquisa é marcado por uma redefinição de objeto que se anuncia nas últimas páginas do primeiro esboço: “encontrei finalmente meu

começo, escreve Marx em substância: o valor”. E esse será o ponto de partida da refundação teórica que *O capital* opera, que se inicia efetivamente com um capítulo dedicado à mercadoria, aos vínculos que se estabelecem aí entre valor, trabalho e tempo. Ou seja, à “produção mercantil” como lógica social de produção. Marx, dos *Grundrisse* ao *Capital*, aprendeu a distinguir a historicidade do mercado (N2) e a do capitalismo (N3). Condição para pensar suas relações. Eis o que Postone não entende.

3. Postone perdido na mercadoria e no valor

3.1. O valor segundo Postone e o valor segundo Marx

A tese essencial de Postone é que as categorias da mercadoria são as mesmas do capital. Ou seja, a tese: N2=N3.

Bizarramente, ele fala do elemento sem nunca considerar a relação, fala da mercadoria sem nunca falar do mercado, a não ser para dizer que o essencial não está ali e que aqueles que aí se demoram ocupam-se apenas de problemas de distribuição (p.150, 186 etc.). O importante é a mercadoria, enquanto dependente do “valor”. Mas “o valor não é inicialmente uma categoria de mercado”. É “uma forma de riqueza cuja especificidade é estar ligada à sua determinação temporal” (p.186), e que é própria do capitalismo. Ele define “a natureza especial do trabalho sob o capitalismo”. Aqueles que vinculam o “valor” ao mercado e à propriedade privada consideram-no a partir da maneira pela qual “o trabalho e seu produto são socialmente organizados e distribuídos”. Eles apreendem assim o trabalho a partir de “relações exteriores ao próprio trabalho” (ibid.). Têm em vista um “conceito trans-histórico” do trabalho, que atribuem a um modo de distribuição particular, o mercado. Postone não compreende que é precisamente assim que Marx procede no primeiro capítulo do *Capital*, mostrando como as relações entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que dependem do “trabalho em geral”, vêm articular-se especificamente nessa forma específica que é a lógica mercantil de produção. A seu ver, o valor é uma relação entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato que é própria do capitalismo. O valor é sempre o valor-que-se-autovaloriza-no-capitalismo.

Certamente, é assim que Marx, na Seção 3, definirá o capitalismo (N3). Mas será, precisamente, por distinção de uma suposta ordem mercantil (N2), à qual ele dedica essa Seção 1, preliminar. Postone entende bem que *O capital* tem por objeto, desde o início, a sociedade capitalista. Mas não entende que essa exposição se refere também, em seu princípio, às formas anteriores de produção mercantil. O trabalho aqui definido não é “o trabalho sob o capitalismo”, mas simplesmente “sob o mercado”. Para aqueles que não tivessem entendido, Marx sublinha expressamente que “a categoria de salário ainda não existe no ponto em que estamos da nossa exposição” (p.59, n.2). Sua análise do trabalho, da mercadoria e do dinheiro não se refere nesse ponto senão à relação mercantil de produção (N2). Ele se interessa pela lógica mercantil em ação no capitalismo: ele se interessa pelo capitalismo enquanto este comporta uma lógica mercantil de produção.

Esse conceito (N2) de “produção mercantil” não parece conter uma dificuldade particular; os economistas reconhecem nele facilmente um objeto teórico a estudar como tal. Por que certos exegetas filósofos têm, com frequência, tanta dificuldade para identificá-lo? Por que se limitam à ideia de que esta Seção 1 trataria apenas da “circulação”? A razão desse equívoco é talvez que a questão da relação entre mercado e capital, enquanto não dependente unicamente da economia mas implicando também o momento jurídico-político, é em si mesma eminentemente complexa. Além disso, a afirmação de Marx só se esclarece ao longo de suas redações sucessivas, de modo que “procurar-lhe a chave” nos *Grundrisse* também não é de natureza a facilitar a tarefa.

3.2. A mercadoria segundo Postone e segundo Marx

Notar-se-á que nesse nível N2 Marx tira todos os seus exemplos de técnicas ancestrais: trata-se sempre de marceneiros que fazem mesas, de alfaiates que cortam roupas, de tecelões, de camponeses, de pedreiros etc. Ele poderia igualmente falar de locomotivas, pois também elas têm um valor e nas mesmas condições. Ele fala de algo que é comum a todas as mercadorias – pelo qual se define N2 – quer elas provenham da fabricação industrial ou agrícola, ou da oficina artesanal. Trata-se de uma “lógica de produção” que se deve tomar como ponto de partida lógico, ou melhor, teórico (não histórico) se se quiser compreender o capitalismo; pois ela constitui seu “núcleo racional” permanente, que ele transforma em exploração, mas que, historicamente, se constituiu inteiramente antes dele. A produção artesanal basta a Marx para exemplificar, e por aí analisar conceitualmente, o valor, em todo o seu refinamento. Ele não terá nada a acrescentar ulteriormente sobre “o valor” como tal.

A outra parte do caso nos é ensinada, caso fosse necessário, pela “história global”, tal como se desenvolveu nas últimas décadas, e que assumiu a medida histórico-concreta de N2. A produção mercantil não capitalista, como lógica de produção, desempenhou um papel histórico imenso durante milênios, especialmente nas grandes regiões de civilização que em parte precederam a Europa no caminho da modernidade: na China, Índia, Pérsia, no mundo islâmico, e noutros lugares ainda. Não se tratava de “sociedades mercantis”, mas a produção mercantil era aí desenvolvida, e a um ponto de que não se podia suspeitar no tempo de Marx, o qual de resto se refere aqui sem problema à economia antiga e aos autores antigos (Aristóteles, Heráclito, Êsquilo). O que é próprio da sociedade capitalista (segundo Marx, pelo menos) é ser integralmente mercantil: também a força de trabalho é mercadoria. Mas está claro que a seu ver o valor se define por uma lógica que pode ser realizada em graus diversos, e sem que a sociedade concernida precise ser exclusivamente mercantil. Postone, por seu lado, nunca evoca as sociedades que precedem o capitalismo a não ser em termos de sociedades tradicionais, costumes e relações de dominação. O trabalho seria aí “estruturado pelas relações sociais”, ao passo que sob o capitalismo a sociedade seria “estruturada pelo trabalho”.

Marx opera com os conceitos gerais de trabalho concreto e de trabalho abstrato, de dispêndio de força de trabalho e de tempo de trabalho necessário etc. E mostra de que maneira específica eles se definem e se articulam entre si nessa lógica N2. Os produtores-mercadores (ou entidades desse tipo) encontram-se em concorrência: 1) no ramo: o que determina um “valor” que se fixa pelo tempo de trabalho socialmente necessário; e 2) entre ramos: é dessa maneira que o dispêndio de força de trabalho, independentemente do tipo de trabalho implicado, constitui o dado comum em última instância, a considerar em termos de tempo; 3) o movimento incessante da oferta e da procura determina a cada momento um preço de mercado que difere do valor.

Tais são as dimensões do valor como conceito do mercado. A teoria da produção mercantil define seu correlato: a circulação mercantil. Marx partira desta nos *Grundrisse*. Começava sua pesquisa por uma longa análise do dinheiro. Em *O capital*, ele define a circulação mercantil a partir da produção mercantil. Da qual “deduz” a forma dinheiro: é o objeto que ele apresenta no § III de seu primeiro capítulo.

Como se viu, isso é muito bem explicado por Sweezy, na tabela “f1+ f2+ f3”. Postone, que o critica (p.75 e seg.), não parece compreender do que se trata. Entretanto, é a essa lógica mercantil que Marx se refere quando sublinha que será preciso encontrar uma alternativa para ela após “a supressão do modo de produção capitalista”, “porque mais do que nunca será necessário regulamentar a duração do trabalho, distribuir o trabalho social entre os diferentes grupos produtivos, enfim manter sua contabilidade” (*O capital*, Livro III, fim do capítulo 49, intitulado “Complemento à análise do processo produtivo”). Reencontra-se aqui, tratando-se do socialismo – que nos leva de volta ao nível N2, visto que não há mais supostamente relação de classe N3 – o mesmo registro funcional f1+f2+f3, para o qual será preciso encontrar uma alternativa à produção mercantil. O problema trans-histórico N1, do “trabalho social”, que o mercado resolve em termos N2A de valores atribuídos a mercadorias ou a serviços, deverá ser resolvido de outra maneira, em termos N2B de socialismo, passando da “mediação livre mercado” à “mediação plano concertado”: um N2 que não desembocaria em N3, relação de classe. É essa armação marxiana N1/N2/N3 que escapa a Postone. E também a muitos outros comentadores profissionais do *Capital*.

A incompreensão de Postone em matéria de “lógica mercantil de produção” manifesta-se através de certo número de sintomas linguísticos: na invenção sub-reptícia de “formulações-chave”, infelizmente aberrantes – como era o “preço do trabalho” dos clássicos, retificado por Marx em “preço da força de trabalho”. Assim, em Postone, o “dispêndio de tempo de trabalho”, onde Marx fala de “dispêndio de força de trabalho”. Ou ainda o “tempo de trabalho abstrato”, onde Marx fala de “tempo de trabalho”. Ou então o “tempo de trabalho imediato”, falso empréstimo dos *Grundrisse*, empregado onde *O capital* falará de “tempo de trabalho”, simplesmente. Ou ainda a menção de “trabalhos abstratos”, que

não faz sentido na língua de Marx, o qual conhece somente trabalhos concretos e trabalho abstrato. Ou ainda, o “valor” como “forma de riqueza”, forma abstrata, evidentemente. Voltaremos a todos esses pontos, que são igualmente equívocos teóricos. Mas está claro que essas modificações sub-reptícias têm por função jogar de antemão o valor num espaço abstrato e de tempo de trabalho suposto abstrato que não é o da teoria marxiana do valor. E resta agora ver de que maneira essas problemáticas de “abstração” devem, no entanto, ser consideradas para o estudo das sociedades capitalistas.

4. Postone perdido no capital e na abstração

Postone parece simplesmente não compreender essa lógica de mercado, de nível de abstração N2, distinto do de “produção capitalista” N3, mais “determinado”, pelo fato de ser uma lógica de mercado incluindo a força de trabalho a título de mercadoria produtora de mais-valia. Ele confunde processo capitalista com o processo mercantil (4.1). Faz do capital a realização do potencial do valor e da mais-valia a realização do trabalho abstrato (4.2). Atribui, desde então, a dinâmica histórica do capitalismo às propriedades que seriam aquelas mesmas do valor (4.3). E, sobre uma “trajetória do capital” assim entendida, ele reativa e concentra uma metafísica da história (4.4).

O que pode perturbar o leitor é que ele mantém constantemente uma dupla linguagem, assumindo em paralelo o discurso de Marx (notadamente no seu capítulo 9), do qual se limitaria a fornecer uma “explicação”. Somente uma atenção constante permite resistir a essa manobra recorrente de diversionismo.

4.1. O processo capitalista confundido com o processo mercantil

No último estágio da pesquisa marxiana, o problema N2-N3 se apresenta, em termos de exposição, como o da “transformação do dinheiro em capital”, objeto da Seção 2 do Livro I.⁸ A lógica das relações de produção mercantil, a da “forma mercado”, encontra-se, nesse ponto de “passagem”, traduzida para sua outra face, a da circulação mercantil, M1-D-M2: M1, a mercadoria que se produz, é destinada à venda permitindo a compra de M2, que se consumirá. Ela se distingue da lógica do capital, que se deixa entrever na “fórmula” D-M-D'. Esta, diferentemente da anterior, não define uma forma social: constitui só uma “fórmula”. Ela assinala o problema a resolver: como “passar” da relação mercantil, em que tudo é equivalência, à relação capitalista, pela qual o dinheiro se acumula como capital. E Marx mostra que uma única solução é concebível: o assalariado, vendedor da sua força de trabalho, produz mais valor do que recebe na forma de salário. Ele fundamenta sua demonstração numa teoria do valor.

Sob esse procedimento de exposição em termos de transformação do mercado N2 em capital N3, manifesta-se um problema teórico crucial: o da relação entre

⁸ Encontrar-se-á um estudo filológico desse problema em *Que faire du Capital?*, p.142-155.

mercado e capitalismo. Um problema que permanece eminentemente atual. Trata-se, correlativamente, de saber o que poderia ser o “socialismo”, supostamente abolir não apenas o capital, mas também o mercado. Deixemos aqui de lado o fato de Marx não ter ido até o fim dessa pesquisa. Notemos somente que Postone, por seu lado, suprime o problema identificando os dois termos, visto que o valor só existe como se autovalorizando, ou seja, como capital. Ele se permite igualmente propor uma passagem no sentido inverso, convidando-nos (p.120) a “passar” de uma teoria “em termos de relação de classe” a uma teoria em termos de “valor e capital”, onde o capital não é nada mais do que o valor. Para ele, esses dois níveis de abstração N2 e N3, são dois momentos, imanentes um ao outro, de uma mesma totalidade, que ele procura inutilmente reunir dialeticamente, não tendo considerado analiticamente a consistência própria de cada um.

Ele toma efetivamente as determinações da produção mercantil (segundo a teoria chamada “valor-trabalho”) por determinações do capital como tal. O valor, como se sabe, tende, para cada unidade produzida, a diminuir quando cresce a produtividade, ao passo que aumenta a “riqueza” (em valores de uso) produzida ao mesmo tempo. É exatamente isso que define a racionalidade da produção mercantil. Mas Postone vê aí um mecanismo próprio do capital, significativo da sua irracionalidade, da “pobreza” que ele produz, “não somente para os pobres, mas também para a sociedade como um todo” (p.289). Ele decifra a mercadoria a partir da mais-valia, o valor a partir da sua autovalorização, e o trabalho mercantil, produtor de mercadorias, a partir da força de trabalho mercantilizada, produtora de mais-valia (p.268).⁹

Para ele, no fundo, o capitalismo é somente um “momento” do mercado: “a exploração e a dominação são momentos que fazem parte integrante do trabalho determinado pela mercadoria” (p.239). N3 é um momento de N2. Pois exploração e dominação “se fundam finalmente não sobre a apropriação do excedente, por classes não laboriosas, mas sobre a forma que o trabalho reveste sob o capitalismo” (p.240), ou seja, sob o domínio da mercadoria: sobre o “duplo caráter do trabalho determinado pela forma mercadoria”, em que “a alienação se enraíza” (p.238). Postone, poupando-se de considerar o que Marx trata como “transformação” do mercado em capital, aquiesce a seu modo ao motivo liberal: vivemos numa sociedade de mercado. E chega a designar a ordem mercantil – em vez da ordem capitalista – como a forma moderna da dominação.

4.2 O capital compreendido como a realização do potencial do valor

O trabalho interpretativo de Postone consiste em apresentar alternadamente o capital (N3) em termos de relações mercantis (N2), e as relações mercantis (N2)

9 Ver a p.500: “Segundo Marx, (...) é somente com a grande indústria que a diferença entre valor e riqueza material, entre trabalho abstrato e trabalho concreto se tornam significativas e acabam constituindo o próprio processo de trabalho”. Então, por que Marx nos fala de alfaiate ou de marceneiro? Teria ele pensado que nos era mais fácil compreender isso do que o telégrafo ou a locomotiva?

em termos de capitalismo (N3). Uma vez compreendido isso, pode-se circular sem problema nas sinuosidades da sua exposição. Com a condição, no entanto, de ter presente uma segunda informação: ele falará não do mercado – simples assunto de propriedade privada e de concorrência, “exterior ao trabalho” – mas da mercadoria, tomada como essa relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato que, segundo suas expressões recorrentes, constitui a “relação social” capitalista, ou ainda a “estrutura”.¹⁰

Sabe-se que Marx, na Seção 2 do Livro I, analisa a função do dinheiro através da sequência M-D-M, pela qual o valor assume sucessivamente a forma mercadoria, M, e a forma dinheiro, D.¹¹ “Nessa seção”, explica Postone, Marx mostra como “o dinheiro é um meio social que *se torna* um fim” (grifo meu, p.391). “Inversão dialética” (p.392). Não é, porém, acrescenta ele, senão com o capital que se apresenta “a pulsão à acumulação infinita (implícita na forma-valor)” (p.393). Mas “a categoria do capital esclarece retrospectivamente sua determinação inicial do valor como relação social objetivada, constituída pelo trabalho (...)”, (p.396). Em suma, é o capital que fornece a chave do dinheiro, mas isso porque nele se revela a verdadeira natureza do valor.

10 Para elucidar isso melhor é, no entanto, preciso ir mais além na abstração, até N1. O célebre §1 do capítulo 7 – do qual algum fragmento é de tempos em tempos submetido ao exame dos candidatos ao vestibular – trata, como se sabe, do processo de trabalho em geral, *Arbeitsprozess* (título alemão), enquanto “produção de valores de uso” (título francês e português). Postone começa dando a ela uma interpretação extravagante. “Esta seção do *Capital*, escreve ele (p.410), é frequentemente tirada do seu contexto e compreendida como se propusesse uma definição do processo de trabalho válida trans-historicamente”. Há razão para se surpreender, pois não é uma leitura “frequente”: é uma leitura constante, e nela mesma bastante evidente, desse texto “clássico”, que simplesmente não se pode ler de outro modo. Marx insiste nisso do começo ao fim. “O processo de trabalho tal como acabamos de analisá-lo, conclui ele, é (...) uma necessidade física de toda vida humana, independente de todas as formas sociais, ou melhor, igualmente comum a todas” (1982, p.186). Na visão de Postone, o defeito desta leitura seria esquecer que “essa apresentação de Marx acarreta em seguida uma inversão”, visto que os aspectos “humanos” desse processo, especialmente seu “objetivo”, “se tornam atributos do capital”, assim como o dinheiro “se torna um fim em si” (ibid., grifo meu). Porém, Marx sublinhara, desde os *Grundrisse* (2011, p.86), o caráter insuficiente de tais expressões. “Será necessário corrigir a maneira idealista da exposição que faz crer erroneamente que se trata unicamente de determinações conceituais e da dialética desses conceitos. Portanto, sobretudo a fórmula (*die Phrase*): o produto (ou a atividade) se torna mercadoria; a mercadoria se torna valor de troca; o valor de troca se torna dinheiro”. Acrescentemos: o trabalho se torna atributo do capital, o dinheiro se torna capital. Ora, é forçoso constatar que a exposição de Postone, longe de se “corrigir”, *culmina* nessa performance dialética. Ele acaba por identificar entre eles esses três níveis, visto que no fim não lhe bastará abolir o capital (N3), mas também a mercadoria (N2), e finalmente o próprio trabalho (N1), à custa, é verdade, da liquidação do conceito mesmo de “trabalho”. Na realidade, o trabalho sob o capitalismo não pode cessar de se atribuir como “objetivo” a satisfação de “necessidades” e, portanto, uma produção de valores de uso (N1). A questão é saber *que necessidades*, e a *que preço* humano e ecológico. E isso é o programa de uma investigação dialética da luta de classes. Encontra-se o mesmo procedimento no nível N2 e na sua relação com N3.

11 Forneci, em QF? (p.142-152), um estudo detalhado dos escritos sucessivos de Marx sobre essa questão, mas “a interpretação” de Postone não se interessa muito pelos textos de Marx.

Na realidade, a exposição de Marx é inteiramente dedicada não a sugerir tal imanência recíproca entre valor e capital, mas a mostrar a disjunção entre as duas lógicas M-D-M e D-M-D'. A finalidade racional que se indica em M-D-M é a troca (generalizada), e de maneira nenhuma o aumento. A "inversão" de M-D-M em D-M-D é "uma operação tão tola quanto inútil" (1982, p.154). Para operar a "passagem" ao capital, é preciso sair da troca (e da produção mercantil como tal): é preciso considerar o processo de produção em seu teor capitalista. É preciso que nesse momento exato apareça a "força de trabalho" como "mercadoria produtiva", uma figura que se tem dificuldade em discernir na obra de Postone.

A confusão em que ele mergulha é tal que ele acredita poder escrever que "a mercadoria, no início do *Capital*, pressupõe o trabalho assalariado" (p.398). Ele parece ter esquecido que Marx, como vimos, sublinha expressamente o contrário: "a categoria de salário ainda não existe no ponto em que estamos da nossa exposição" (1982, p.59, n.2). O trabalho que intervém na exposição da teoria da mercadoria não é o trabalho assalariado.

Essa identidade entre o valor e o capital materializa-se linguisticamente na formulação de Postone, que faz do valor uma "forma da riqueza": "a forma valor da riqueza". É a ideia que, no capitalismo, "o valor é a fonte da riqueza" (p.548). Esta formulação é estranha à conceptualidade de Marx, o qual, no início do *Capital*, fala de uma coisa completamente diferente: da "forma dinheiro" da mercadoria. Pois, para ele, há duas "formas do valor": a "forma mercadoria" e a "forma dinheiro". A seu ver, sob o capitalismo, "a forma elementar da riqueza" é "a mercadoria". Não "o valor". Ver a célebre primeira frase do *Capital*. Seriam necessárias, evidentemente, longas explicações para examinar no detalhe os pormenores de tais permutações linguísticas. Limitar-me-ei aqui ao essencial.¹²

12 Na realidade, para Postone, esse problema da passagem não se coloca, porque já ocorreu. Com efeito, escreve ele, "no capitalismo, a produção não é só o valor de uso, mas o valor – *mais precisamente o sobre-valor*", (p.411, grifo meu). Ora acontece que Marx, na passagem a que Postone se refere, escreve (muito evidentemente) coisa completamente diferente: o capitalista "quer produzir não só uma coisa útil, mas um valor e não só um valor, mas ainda uma *mais-valia*" (1982, p.188). Ou seja: $N1 + N2 + N3$. Esse "*mas ainda*" não se refere portanto a um "*mais precisamente*": é precisamente o contrário. Para Postone, o essencial aqui é a "criação de valor", não a do "sobre-valor". Pois produzir sobre-valor está, a seu ver, na natureza mesma do valor. Marx, escreve ele, "analisa o processo de valorização essencialmente em termos de criação de valor" (p.414). Evidentemente, Postone tem razão ao sublinhar que a finalidade dos capitalistas (só que ele nunca fala dos capitalistas, mas do capital) é o lucro, e não a utilidade ou a produção de mercadorias. Há, com efeito, além da relação quantitativa, designada por "taxa de mais-valia", uma questão qualitativa, que decorre do horizonte *abstrato* da produção capitalista, a de uma *riqueza abstrata*, a mais-valia. Mas Postone não faz nenhuma diferença entre a abstração do valor e a da mais-valia. Os males do capitalismo são no fim das contas o modo de ser do mercado. A diferença entre a produção mercantil e a produção capitalista lê-se, na realidade (e é o que escapa a Postone), no fato de esta não ter de maneira nenhuma por objeto uma "acumulação de valor", projeto mais aberrante ainda do que o do entesouramento, mas uma acumulação de *mais-valia*. O que não é a mesma coisa, porque a "relação de valor", exposta no capítulo 1 do Livro I, é coisa completamente diferente da relação capitalista, e a produção mercantil outra coisa que a produção capitalista. Mas, e esse é o ponto decisivo, a

Esse gênero de deriva do qual ele é o indício remete a uma confusão, muito amplamente difundida no comentário filosófico do *Capital*, entre a abstração do trabalho abstrato e a abstração da mais-valia. Na análise de Marx, a primeira é o correlato do trabalho concreto, a segunda designa uma “riqueza abstrata” procurada como tal, seja qual for seu conteúdo em termos de investimento concreto particular, ou seja, também de consequências sobre o destino dos seres humanos e da natureza. Postone reúne esses dois conceitos na sua noção de valor definida pelo trabalho abstrato. O que ele chama a “natureza dual” da produção capitalista é que, indiferentemente, ela é produção de valores de uso e de valor, ou então de valor de uso e de mais-valia. Pois, a seu ver, produzir valor é já produzir para o valor, para o seu crescimento. Trata-se sempre de “criação de valor”. No entanto, viu-se (ver o texto citado anteriormente) que a conclusão do capítulo 7, na qual Marx exprime os resultados da sua análise, é a de que é preciso distinguir entre “criação de valor”, N2, e “criação de mais-valia”, N3. Para Postone, é a mesma coisa.

Embora Marx, escreve ele, descreva a produção capitalista como a unidade de um processo de trabalho e de um processo de criação do sobre-valor, ele tenta inicialmente apreendê-la [a produção capitalista] estudando sua determinação de base num nível lógico primeiro, enquanto unidade de um processo de trabalho e de um processo de criação de valor. Ele coloca a forma valor da riqueza no coração de suas reflexões. (p.411)

Na produção capitalista, N3, são, escreve ele, “as implicações do processo de produção do valor” que “se materializam” (ibid.).

Não é que Postone não tenha razão ao pôr em causa as finalidades abstratas do capitalismo: o foco da crítica deve estar aí. Mas, ao designar a “mercadoria” como a essência mesma do capital, visto que ela contém determinações “essenciais” dele, ele se engana de adversário. Faz desaparecer os capitalistas fazendo desaparecer a mais-valia no valor, do qual ela seria apenas a expressão. A relação de classe figura no seu catálogo, mas nunca é mencionada a não ser como aquilo que não explica tudo, ela intervém em termos de “não somente”, “mas também” (p.414).

produção capitalista é sempre *também* produção mercantil: o capitalista não obtém lucro a não ser vendendo “mercadorias” (conceito exposto na Seção 1). E é por aí, além disso, que se apresenta uma contradição essencial no interior do capitalismo (que deve ser designada como “a contradição produtiva”), que não se pode perceber se se fizer da “produção de valor” a *verdade* da “produção de mais-valia”. É isso que Postone gostaria de fazer entender quando designa o valor como uma “forma de riqueza”, característica do capitalismo. Na realidade, os capitalistas preocupam-se muito pouco com acumular “valor”, N2. O que lhes interessa é acumular mais-valia (mais precisamente, lucro), N3. O que é completamente diferente. Isso não impede Postone de reportar, em paralelo com o seu, o relato teórico de Marx: a mais-valia deve-se ao fato que os assalariados trabalham mais tempo do que o tempo de trabalho implicado na produção de sua subsistência. Mas ele não vê a diferença. Não compreende por que não vem a Marx a ideia de que o valor seria uma “forma de riqueza”, nem que os capitalistas procurariam acumular “valor”.

Postone passa ao lado desta abstração da mais-valia, que define propriamente o capitalismo.

Em suma, para ele, a abstração da mais-valia, a do capital, N3, compreende-se a partir da abstração do trabalho abstrato, supostamente próprio da “mercadoria”, N2, na qual se acha definida a “natureza especial do trabalho sob o capitalismo”. O que ele não compreende em última análise, ou deixa fora de sua consideração, é tudo o que implica o fato de a produção de mais-valia passar pela produção de mercadorias. As quais são obrigadas a responder a “necessidades”, como mostra o fato que elas devem encontrar compradores, notadamente entre aqueles mesmos que as produziram. Ora, os trabalhadores não são somente seres que trabalham. E eles têm algum meio (restará saber, é claro, que meios, em que condições, e dentro de que limites, mas não é Postone que nos dirá isso) de fazer ouvir sua voz para que se produza tal ou qual espécie concreta de mercadoria em vez de outra, desta ou daquela maneira concreta, e também que se produza numa outra forma que não a da mercadoria, e segundo uma lógica outra que não a do capital. É nesse sentido que a luta de classes está inscrita no próprio coração do “capital”, na forma de um certo poder da concretude contra a abstração que é seu fim: um poder social concreto capaz de se erguer contra a lógica da riqueza abstrata que define (somente) o fim (último) da prática dos capitalistas.

4.3 A dinâmica histórica do capitalismo reduzida à “lei do valor”

Correlativamente, Postone vai conceber a dinâmica histórica do capitalismo (N3) como a maneira de ser da produção mercantil (N2).

Ele retoma por sua conta o relato teórico de Marx, ou seja, a análise da mais-valia relativa: a taxa de mais-valia aumenta quando diminui o tempo de trabalho necessário à produção da subsistência dos assalariados. E é o que se realiza progressivamente com o desenvolvimento científico e técnico ligado à industrialização. Mas Marx – diferentemente de Postone, como se verá – não procura a explicação no mercado (N2), mas no mercado capitalista (N3), onde a concorrência mercantil se exerce não em torno do valor, mas da mais-valia a realizar. Ele compreende essa concorrência mercantil capitalista como uma articulação entre macrorrelação de classe e microrrelações interindividuais de classe. Cada concorrente procura produzir a menor custo do que seus parceiros, para realizar uma mais-valia diferencial. Em suma, os mais fortes levam a melhor e sua tecnologia superior se generaliza. A produtividade tende, portanto, a se elevar em todos os ramos. Resulta daí – pelo menos no esboço teórico que Marx traça nesse nível – que baixa o valor dos bens que os salários propiciam. É assim que se explica o desenvolvimento de uma mais-valia relativa [e é nesse terreno concorrencial movediço e dinâmico que a luta de classes se inscreve].

Bizarramente, Postone gostaria de atribuir à produção mercantil como tal (N2) essa dinâmica histórica que Marx atribui à estrutura capitalista (N3). Ele concebe que seus adversários, marxistas “tradicionais”, considerariam a lei do valor ou a

teoria do valor-trabalho uma simples “teoria do equilíbrio do mercado” (p.428). Para eles, com efeito, ela diz respeito a uma racionalidade produtiva própria, que comporta um princípio de equilíbrio. E ela não deve ser compreendida como uma “lei de desenvolvimento”. Postone, ao contrário, gostaria de lhe conferir um potencial dinâmico: o valor “determina a dinâmica intrínseca do capitalismo” (p.48), o valor “antes mesmo da categoria de sobrevalor e da relação trabalho assalariado/capital” promove uma “sociedade direcionalmente dinâmica” (p.426). Esta dinâmica, que depende da “dimensão temporal do valor”, “implica” a do capital. Não é muito fácil ver claramente nas suas explicações, pelo fato de um vaivém incessante e confuso entre N2 e N3. Sua tese, porém, se esclarece no paradigma do *treadmill*. Esse termo que, no inglês americano de hoje significa “esteira de corrida”, foi traduzido por “moinho de disciplina”. Mas a ideia é a mesma: corre-se cada vez mais depressa, é-se cada vez mais produtivo, fabricando mais mercadorias no mesmo tempo. Produz-se numa hora a roupa que, ontem, demandava dez horas. Mas não se produz mais valor. Se então a finalidade do capitalismo é produzir valor, há aí uma dolorosa contradição: um “paradoxo” (p.425), que decorre da dualidade trabalho concreto/abstrato. A “dinâmica” da mercadoria “prefigura abstratamente o traço central do capital: ele precisa acumular permanentemente” (p.429). Haveria paradoxo, com efeito, se o objetivo dos capitalistas fosse acumular “valor”. Mas não é o caso: o que lhes interessa não é “o valor”, mas a mais-valia. O erro de Postone é confundir esses dois conceitos e seu terreno de exercício. N2 e N3. Ele não pode, portanto, conceber adequadamente os vínculos entre eles.

Há certamente uma tensão incessantemente exercida sobre os corpos no trabalho. Mas a coação capitalista não pode ser reportada a uma “lei do mercado”. O pseudoparadoxo segundo o qual, quando a produtividade cresce, o valor não aumenta, logo não se acumula, não tem nada de paradoxal. As palavras que o exprimem são, ao contrário, aquelas requeridas para definir a racionalidade produtiva do mercado como tal, N2. É na relação propriamente capitalista que esta se acha instrumentalizada, N3. O que ele não percebe é que, assim como se verá, o mercado (como a organização) é um princípio de razão, e que o capitalismo é “instrumentalização da razão”.

Numa inversão final, Postone nos ensinará que essa dinâmica suposta da forma valor se impõe igualmente na ausência de mercado: a mesma função, escreve ele, pode ser preenchida “por via administrativa, por exemplo” (p.428) e também politicamente (p.429). Sob o valor, tal como ele se dá no mercado, é preciso saber reconhecer um mal mais radical, que se deve ao seu teor “temporal”, que se reencontra nessas diversas formas. É o próprio tempo que precisaremos suspender.

5. Postone perdido no trabalho e na dominação

5.1. A teoria do capitalismo expurgada do “dispêndio da força de trabalho”

Tratando-se do trabalho e do tempo, um novo problema se anuncia numa série de particularidades da língua de Postone. Seu registro é o do “dispêndio de

trabalho” (p.252), cuja medida é “o tempo” (p.281), de “dispêndio de tempo”, expressão recorrente, ou mais precisamente do “dispêndio de tempo de trabalho abstrato” (p.423). Sabe-se que a afirmação de Marx, que fala de “dispêndio de força de trabalho” – “dispêndio produtivo do cérebro, dos músculos, dos nervos e da mão do homem” –, é muito diferente. É o único ponto que parece causar dificuldade a Postone. No mínimo, haveria “ambiguidade” (p.215). A questão é crucial, com efeito. Na categoria “social” de valor, “não há o menor átomo de matéria”, escreve Marx. Postone crê poder concluir daí que “se a categoria de trabalho humano abstrato é uma determinação social, ela não pode ser uma categoria fisiológica” (p.217). O teor “fisiológico” do trabalho não é senão um “resíduo natural, trans-histórico, comum ao trabalho humano em todas as sociedades” (ibid.). Com referência à autoridade de Rubin, para esse “ou natural, ou social”.

As categorias de “força de trabalho” e de “dispêndio de força de trabalho” são efetivamente de nível “genérico” ou “trans-histórico”, ou seja, N1. Elas caracterizam o trabalho em geral. Marx assim o entende. Mas, como não começa *O capital* por um preâmbulo genérico, ele as aborda diretamente na forma específica da produção mercantil N2, antes de retomá-las no nível do capital N3, notadamente a propósito do trabalho manufatureiro e industrial. Para Postone, ao contrário e bastante bizarramente, essa referência ao “fisiológico” deveria ser aqui tomada apenas a título da ideologia que ela veicularia. Na representação capitalista, explica ele, a noção de “dispêndio” transforma o trabalho em fenômeno “natural”. Ou ainda, “as relações sociais historicamente determinadas” – ou seja, na sua terminologia, aquelas que constituem o valor e a mercadoria – aparecem como trans-históricas, naturais, portanto, historicamente vazias, e, por conseguinte, (...) são apresentadas por Marx como fisiológicas” (p.218). Nessa vacuidade ideológica suposta, manifestar-se-ia o fato que “mesmo as categorias da ‘essência’ da formação social capitalista tais como ‘valor’ e ‘trabalho humano abstrato’ são reificadas” (ibid.). É esse caráter “reificado” do valor e do “trabalho abstrato”, que se mostraria sob a aparência “ontológica” (ou seja, genérica, N1) do dispêndio. Em suma, para Postone, o “dispêndio” não pertence à teoria própria do capital N3, a não ser a título da aparência de naturalidade que ele dá ao trabalho abstrato implicado na mercadoria N2, que é sua marca específica, sua “essência” mesma.

Porém, na realidade, esse “fisiológico” parece ser um dado central da “crítica da economia política”. Na exposição de Marx, o “dispêndio de força de trabalho”, assinalado na Seção 1 no nível da teoria da mercadoria, N2, encontra em N3 seu corolário no “consumo da força de trabalho” pelos capitalistas, ou seja, no tecido mesmo da teoria do capital, caracterizando a lógica de mais-valia. É preciso apreendê-lo teoricamente em N2, para compreendê-lo teoricamente em N3. O dispêndio assume uma significação particular assim que se chega à relação mercantil capitalista: uma categoria sociopolítica, que tem todo seu lugar numa teoria da relação social capitalista e que contribui para fazer dessa relação uma relação “social” específica. Não se trata somente de uma implicação da produção

mercantil, N2. Nem somente da fadiga inerente ao trabalho como tal, N1. Pois o “consumo da força de trabalho” N3 não advém como fenômeno natural. Ele é obtido apenas à custa de incitações, controles, ameaças, dispositivos, organizações e gestões ideológicos etc., que são objetos principais de uma sociologia e de uma psicossociologia do capitalismo.¹³ A questão está no centro das lutas em torno da legislação do tempo de trabalho, analisadas por Marx como enfrentamentos políticos nos quais se jogam a vida e a morte dos trabalhadores, a vulnerabilidade essencial deles na sua forma histórica.

5.2 A dissolução do trabalho concreto no trabalho abstrato

Notar-se-á que ocorre uma desventura semelhante ao trabalho concreto, que desaparecerá finalmente na vala comum do trabalho alienado. Mas já, de muito longe, seu destino está selado.

A noção de “tempo de trabalho abstrato” que Postone usa e que se encontra hoje em dia em outros autores é o produto de um amálgama. Marx expõe inicialmente o conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário” na 1ª seção do capítulo 1 (1950, p.54). E o de “trabalho abstrato”, na 2ª seção. Nesse nível N2, o tempo de trabalho socialmente necessário depende das condições concretas, naturais e técnicas, de uma produção definida sob uma coação concorrencial. O conceito de trabalho abstrato não se inscreve especificamente no registro do tempo. Ele designa o fato que, seja qual for a natureza particular, concreta, o trabalho é sempre trabalho, ou seja, um dispêndio de força de trabalho. Importa distinguir dois momentos da definição do valor. (1) O “tempo de trabalho socialmente necessário”, que define o valor na sua relação com o tempo, não remete a um “tempo de trabalho abstrato”. Pois esta “média” se determina em condições de concorrência, em que os concorrentes se enfrentam notadamente em torno de condições de produtividade diversas, vinculadas a tecnologias desiguais (o tecelão contra a máquina a vapor). São diferenças concretas no modo de produzir que, nas relações de concorrência, modificam o valor, determinando uma (instável) média. (2) O trabalho abstrato define o valor na sua relação com o dispêndio de força de trabalho. É a outra subdivisão da definição marxiana do valor. Essas duas subdivisões interferem: se se ativar o dispêndio de força de trabalho, produzir-se-á mais depressa; se se aperfeiçoar a técnica, ter-se-á o mesmo resultado com menor dispêndio. Marx examina essa interrelação; mas ele não funde esses dois conceitos de “trabalho socialmente necessário” e de “trabalho abstrato”. Postone, ao contrário, parece ter na cabeça um “tempo de trabalho abstrato socialmente necessário”. Efetivamente, está aí o espectro com o qual ele nos confronta, na nossa corrida infernal na esteira rolante: sob a égide do valor, cuja natureza mesma é se autovalorizar, o trabalho abstrato, segundo uma fórmula recorrente, leva a melhor sobre o trabalho concreto. Compreende-se a intenção crítica, mas viu-se no que ela erra o alvo.

¹³ Era esse o tema do capítulo 3 de *Que faire du Capital?*, “O valor como categoria sociopolítica”.

Nele, é finalmente toda a conceptualidade marxiana que se dissolve. O valor de uso perde sua consistência. Pois, diz ele, “o valor é constituído unicamente pelo trabalho (abstrato)” (p.290). Marx concluía ao contrário: “Enfim, nenhum objeto pode ser valor se não for uma coisa útil. Se ele é inútil, o trabalho que ele encerra é despendido inutilmente e conseqüentemente não cria valor” (1950, p.56). Para ele, o trabalho “criador de valor” é também, por essência, “criador de utilidade”, embora não haja correlação entre uma grandeza de valor e uma grandeza de utilidade. O valor das mercadorias designa o modo de articulação entre trabalho concreto e trabalho abstrato que é próprio da lógica da produção mercantil. Em Postone, sempre se está já no “capital”, em que o valor de uso já não conta mais, visto que o fim perseguido é abstrato.

Em suma, a seu ver, é o valor que detém o estatuto invejável de “substância” (“substância de relações alienadas”, p.290). E “sua grandeza (...) é função unicamente do tempo de trabalho abstrato” (ibid.). Ali onde Marx diz que “a substância do valor é o trabalho”; e sua grandeza, “a medida da sua quantidade é a duração do trabalho” (1950, p.56). A interpretação postoniana não se deve simplesmente à confusão filológica. Trata-se da teoria de Marx em seus elementos primeiros, e finalmente de seu objeto e do uso que pode ser feito dele.

5.3 A “mediação” de Postone contra as duas “mediações” de Marx

O trabalho abstrato – assim entendido como dispêndio de tempo – constituiria a mediação universal sob o capitalismo, ou seja, sob o domínio do “trabalho determinado pela mercadoria” (p.224). “A função do trabalho enquanto atividade socialmente mediadora é o que ele [Marx, claro] chama ‘trabalho abstrato’” (ibid.). Tese central da obra. Não são mais, como antes do capitalismo, “relações sociais não disfarçadas” (escravidão, servidão etc.) que asseguram a “mediação social”. É “o próprio trabalho”, ou seja, “o trabalho abstrato” (p.224). E é Marx quem nos diz isso.

Porém, acontece que Marx colocou muito explicitamente tal problema: o de uma mediação, compreendida como princípio das inter-relações produtivas no interior de um tipo de sociedade. E essa noção está no fundamento mesmo da sua construção. Parece, então, indispensável lembrá-la antes de abordar a tese de Postone, porque essa dimensão essencial da teorização marxiana parece ter-lhe escapado, e ela desqualifica a sua própria, apresentada como a de Marx. Ao que é preciso acrescentar que, se a recepção de Postone é tão benevolente, isso se deve a que a “comunidade marxista” tem dificuldade de tomar consciência dessa dimensão, no entanto essencial, da elaboração de Marx. Os textos que vou mencionar não figuram no programa-tipo.

As “mediações” segundo Marx

Marx explica-se especialmente sobre este assunto numa passagem dos *Grundrisse* que já evoquei anteriormente (2011, p.108-110). Se se supuser, diz ele, um trabalhador sozinho no mundo – digamos Robinson –, o dispêndio da sua força de

trabalho é para ele o preço que deve pagar pelo seu produto, seu valor de alguma forma. Mas, logo que se considera o trabalho em sociedade, “deve haver uma mediação” entre os diversos trabalhos, os diversos produtores. E, diz ele, há dois tipos de mediação. Ele define claramente a primeira: é o mercado, enquanto sistema de relações que se estabelece entre produtores-permutadores, “*post festum*”. O outro tipo de mediação seria, diz Marx, uma organização coletiva que define seus objetivos, *ex ante*, como dizem os economistas. Na sequência, ele fará regularmente referência a esse par, em especial quando chegar, no capítulo 14 do Livro I, à definição dos dois tipos de “divisão do trabalho”: divisão do trabalho na sociedade *versus* divisão do trabalho na manufatura. Ou ainda: no mercado *versus* no interior da empresa. São, ele explica, dois tipos de coordenação: um por reequilíbrios *a posteriori* entre diversos produtores-permutadores (entre firmas); e outro por planejamento *a priori* no interior da firma. Prefiguração alienada de um “socialismo” por vir.

Compreende-se facilmente o que Marx tem aqui em vista, e do que o mercado e o planejamento constituem mediações: trata-se, em ambos os casos, da coordenação entre as práticas produtivas individuais no interior de uma totalidade econômica. Trata-se sempre de assegurar a atribuição equilibrada das forças de trabalho a tarefas complementares (f1), uma incitação a produzir (f2) e uma contabilização aceitável pelos diversos agentes (f3). A seu ver, o “capitalismo” pressupõe e instrumentaliza essas duas mediações que a análise econômica apreende efetivamente como as duas forças primárias de coordenação racional do trabalho na escala social.

O eixo da teorização de Marx é a identificação dessas “mediações”, e da instrumentalização de que elas são objeto no capitalismo. Não é aqui o lugar de tratar do erro do marxismo, que foi crer que, no âmbito de uma propriedade coletiva, a mediação “organização” seria facilmente emancipada, dominada no discurso “imediato”, na democracia direta de todos com todos do socialismo. Fiquemos na constatação que há em Marx uma clara e fecunda teorização da “mediação” do trabalho social através destas duas formas primárias de coordenação que são o mercado e a organização, e que a partir daí se constitui a estrutura moderna de classe.

A mediação segundo Postone

A mediação segundo Postone é mais difícil de apreender. Muito longe de precisar ser mediatizado, no capitalismo o trabalho seria a própria mediação. Trata-se, como em Marx, de compreender a relação entre todos os elementos da produção social. Antes do capitalismo, diz Postone, eram as “relações sociais” que determinavam a ordenação geral do trabalho. Mas, “sob o capitalismo, é o próprio trabalho que constitui uma mediação social no lugar e em vez dessa matriz das relações sociais”; “ele mesmo se mediatiza”; “ele se tornou seu próprio fundamento social” (p.225). E isso por sua “substância temporal”, constitutiva do valor. Postone fala então igualmente de “uma mediação socialmente total: o valor” (ibid.). Ele atribui esse conceito de mediação indiferentemente ao valor ou ao trabalho.

De tempos em tempos, fugitivamente, ele nos lembra que, nessa conexão dos trabalhos humanos, o mercado, a propriedade privada dos meios de produção e as relações de classe têm sua razão de ser. Mas é invariavelmente para sublinhar que o essencial não está aí. O que conta, a seu ver, são “estruturas sociais” mais profundas que articulam trabalho e tempo num contexto de abstração. São os “trabalhos abstratos tomados em conjunto” que constituem “uma mediação social geral” (p.127). No entanto, compreende-se facilmente, parece-me, porque essa ideia de “trabalhos abstratos” no plural é estranha a Marx. Para ele, o trabalho abstrato constitui o outro lado, *Seite*, dos trabalhos concretos. Estes precisam efetivamente ser coordenados, mas o são pelas “mediações” de que fala Marx, ou seja, através do mercado e da organização, e não por uma obscura “base-trabalho”. Nesse ponto, chega-se ao fim da explicação de Postone, ao fim do beco sem saída que ele construiu. Não esperemos nada além disso.

É claro que isso tem a ver com a análise de Marx. Nas formas anteriores de sociedade, as hierarquias sociais têm constituintes diversos: propriedade, estatutos, castas etc. Na sociedade moderna, por contraste, há uma referência particular ao trabalho. E pode-se dizer, com efeito, que num mundo inteiramente mercantilizado – o que, a bem dizer, não é exatamente o caso – e onde o salário é o modo universal de sobrevivência, o “valor” ou “o trabalho” constituem, de algum modo, mediações universais: cada qual trabalha para todos através de um processo de troca “por valor” em sua dimensão “temporal”. Mas isso é um fenômeno de que se deve prestar contas, e não um princípio de explicação. E é a isso que Marx tende, mediante uma construção teórica, nos termos desses dois modos primários de coordenação racional em escala social que são o mercado e a organização. Estes últimos, com efeito, instrumentalizados em fatores de classes, convergindo na relação de classe, constituem a estrutura moderna de classe. Mas nisso o trabalho social é mediatizado, não mediador.

5.4. Uma dominação impessoal que não é a de ninguém

Para Marx, a sociedade capitalista não se pode definir como uma sociedade de mercado, fundada sobre um “mercado de trabalho”, como ela pretende. Pois o que é despendido e vendido pelo trabalhador não é “trabalho”, é uma “força de trabalho” para ser explorada pelo capital. O processo de exploração não é, portanto, redutível a uma relação de troca mercantil; ele comporta especialmente uma extorsão de produto do trabalho, inseparável de uma relação de dominação inerente ao contrato salarial.

Postone, por um lado, retoma o discurso marxiano da exploração. Mas, por outro, volta à afirmação permutadora dos clássicos anteriores a Marx: o que é despendido e portanto vendido, alienado, é, a seu ver, “tempo de trabalho”, ou seja, trabalho – e não, como propõe Marx, uma força de trabalho. Para Postone, como se viu, o trabalho abstrato é um “dispêndio de tempo de trabalho”, um “dispêndio de tempo abstrato”, não um dispêndio de força de trabalho.

A coação social de que ele fala, o *treadmill*, seria então uma coação anônima pesando sobre a relação entre produtores-permutadores. “O sistema constituído pelo trabalho abstrato encarna uma forma nova de dominação social. A determinação inicial dessa coação social abstrata é que indivíduos são forçados a produzir e a trocar mercadorias para sobreviver. Essa coação não depende de uma dominação social direta, como é o caso, por exemplo, no trabalho do escravo ou do servo; ela depende ao contrário de estruturas sociais ‘abstratas’ e ‘objetivas’ e constitui uma forma de dominação impessoal abstrata” (p.237, grifo meu). “Esta forma de dominação não se funda finalmente sobre ninguém, nem homens, nem classe, nem instituição” (ibid.). Postone vê aí, de algum modo, uma “coação dos mercados”, ali onde seria entretanto preciso também identificar acionistas, capitalistas (cuja existência se verifica pela sua capacidade de exigir 5% ou 15%, segundo a relação de força histórica). Para ele, a dominação é, em última análise, a do grande Outro. “A sociedade, enquanto Outro universal, abstrato, quase independente, que enfrenta os indivíduos e exerce sobre eles uma coação impessoal, é constituída pelo duplo caráter do trabalho sob o capitalismo enquanto estrutura alienada” (p.237). É aí que é preciso, a seu ver, procurar o princípio e o fato mesmo da alienação. A “estrutura” de que fala não são nem as relações de classe, nem a relação capital/trabalho inscrita na mais-valia e sua orientação abstrata. Não é nem mesmo o mercado, um termo que ele evita tanto quanto possível: a “estrutura” é a mercadoria, ou, mais precisamente, o valor, o qual depende “mais essencialmente” do trabalho abstrato do que do trabalho concreto (mais uma expressão que não tem nenhum sentido na língua de Marx).

Postone superpõe o mercado e o capital. E embaralha-os um com o outro. Define o mercado (conforme os traços da “mercadoria”) ao mesmo tempo pelos caracteres que lhe são próprios – os de uma rede de relações impessoais – e os caracteres próprios do capital – os de uma tendência à acumulação na forma de uma riqueza abstrata. Ele inscreve o capital na relação mercantil como tal, representada em abstrato. Separa a mercadoria do seu “conteúdo material”, ou seja, da sua dimensão concreta de valor de uso: “enquanto forma social, a mercadoria é completamente independente do seu conteúdo material” (p.261). Para Marx, é o valor que é independente do conteúdo material, e não a mercadoria. Pois a mercadoria só tem valor se for valor de uso. E esse valor de uso é, também ele, eminentemente “social”. O mercado é uma “forma social”, combinando “conteúdos materiais”, trabalhos e produtos que diferem por seu “conteúdo” concreto.

Na visão de Marx, a dominação sempre é impessoal, porque se trata de um fato de “estrutura”, e ao mesmo tempo pessoal, porque a “relação de classe”, a relação global capital/trabalho, implica sempre também – segundo a terminologia conceitual que eu proponho – uma “relação de classe” entre detentores singulares de capitais, administradores singulares e trabalhadores singulares. A dominação capitalista é, portanto, pessoal. Ela é exercida através de uma cadeia de relações pessoais. A isso se deve seu caráter “político”, pelo que são sempre pessoas singulares que se enfrentam em relações de classe.

6. Postone perdido na história e na modernidade

Depois de ter analisado a alquimia de Postone, resta chegar ao ponto em que se manifesta, mais do que tudo, sua qualidade de astrólogo. Não é que ele anuncie o fim do mundo. Mas possui uma arte de fazer pressentir a aproximação de um tempo completamente diferente.

6.1. O tempo abstrato coercitivo de Postone: o equívoco do sino

Quando o capitalismo aparece, na Idade Média, emerge também, segundo Postone, um “tempo abstrato” (p.317), sucedendo ao “tempo natural” das sociedades anteriores (p.313). Esse tempo abstrato instaura uma dominação que não é “somente” de classe, e “que remete para além da dominação de classe” (p.317). É a “tirania do tempo”, a do “tempo socialmente necessário” (ibid.). Esse tempo, que depende da atividade humana, na realidade rege-o. Finalmente, “o trabalho e a produção (...) são determinados pelo tempo” (p.318). Tender-se-ia a concluir que seria preciso suprimir o tempo, ou ao menos o tempo de trabalho. Postone acabará por dar esse passo. Mas ainda não chegamos lá.

Não se trata de um tempo qualquer. É um tempo abstrato, é claro, e mais precisamente um tempo estandardizado, o tempo do relógio, no qual se concretiza “a essência da mercadoria”, que é o próprio tempo. As horas são aí iguais em vez de se distenderem e contraírem como as horas solares agrícolas anteriores ao capitalismo. A mercadoria, com efeito, depende de um tempo moderno, regular: “a definição que Marx dá da grandeza do valor implica uma teoria sócio-histórica da aparição do tempo matemático absoluto enquanto realidade social e enquanto ideia” (p.323). Nada menos! Prova disso, a aparição, nas cidades manufatureiras da Idade Média, de sinos e grandes relógios urbanos.

Ainda uma vez, a infeliz confusão que Postone faz entre a produção mercantil e a produção capitalista se revela desastrosa. Não se pode esquecer que a produção mercantil desempenhou um papel fundamental na vida de uma boa parte da população nas grandes áreas de civilização, e isso por séculos, até mesmo milênios. Pois não se esperou pelo relógio para se concentrar sobre a questão do “tempo socialmente necessário”. Bem antes do capitalismo, os artesãos e camponeses conheceram sua coação; e as invenções se acumularam para tentar abreviá-lo, estimuladas pela atenção que lhe dedicavam produtores-permutadores concorrentes no mercado. As pequenas invenções da tecelagem, da navegação etc., espalhavam-se porque se media o tempo que elas ganhavam para o mesmo resultado – e sua relação com o tempo “socialmente necessário”. Não era preciso relógio para isso.

A entrada em cena dos sinos urbanos, fundados sobre técnicas por certo elementares, mas permitindo a determinação de horas fixas, marcava na realidade a emergência não da mercadoria, mas do capitalismo, enquanto modo de produção baseado na exploração “mercantil” da força de trabalho. Essa exploração supõe a confusão das duas “mediações racionais – fatores produtivos”: não só o mercado, mas também a organização coletiva à qual esses sinos-relógios forneciam um meio

poderosamente incitativo. Eles permitiam a fixação do quadro temporal dentro do qual ia inscrever-se uma divisão do trabalho que não era mais somente a do mercado, que regula os equilíbrios *post festum, a posteriori*, mas também a do seu “outro”, a da organização *a priori* dos meios e dos fins, como explica *O capital*. O valor de uso do sino inscreve-se na historicidade propriamente capitalista (e não simplesmente mercantil) do “dispêndio-consumo” da força de trabalho. O sino urbano é um ser de mais-valia, e não especificamente de “mercadoria”. Ele anuncia a passagem do tempo camponês e artesão da mercadoria ao tempo do capitalismo.

6.2. O capitalismo em termos de filosofia “hegeliana” da história

Esse começo anuncia a entrada no tempo propriamente dialético da modernidade que contrasta com o do passado. A dialética de Postone apresenta, mais precisamente, duas vertentes. Dialética lógica: no que se refere à exposição teórica, o início “se esclarece” a partir do fim, o valor a partir do capital. Dialética histórica: dinâmica da história do capitalismo. O esquema idealista da filosofia da história é retomado dentro dos limites de uma história do capitalismo, identificado com a “era mercantil” e a “modernidade”. As outras sociedades humanas (e com elas os outros seres humanos) acham-se remetidos a uma alteridade radical.¹⁴

É neste sentido que Postone propõe pensar o Sujeito como “Capital” – ou o Capital como Sujeito, ideia que ele atribui a Marx –, ali onde Lukács propunha pensá-lo como “Classe” (p.126). É o Capital, e não a Classe, que tem a sua época, impelido pela sua dialética imanente. A temática do Sujeito-Capital seria a realização materialista do *Geist* hegeliano, *causa sui*. Na visão de Postone, Marx sustentaria porém, contra Hegel, que se trata aí de um processo não eterno, mas somente “historicamente determinado” (p.134). Não dialética da História, mas somente da História do capitalismo, aliás, modernidade.

Na realidade, contudo, a ideia que o capital é “causa de si” não parece ter valor explicativo. Nem a ideia que “a totalidade é fundadora, automediadora e objetivada”, nem que ela “se move ela mesma”, tal como um sujeito absoluto (p.233-234). Marx compreende as coisas de maneira completamente diferente. Por um lado, com efeito, ele emprega outro princípio de explicação econômica: na relação de exploração (que articula uma classe com outra) os capitalistas em concorrência ficam coagidos a elevar sua produtividade (etc.) para levar a melhor (no interior de sua classe) pelo lucro. É assim que a mais-valia se acumula e que o capital se concentra, a indústria se desenvolve etc. A explicação marxiana do processo global refere assim a macrorrelação de classe às redes de microrrelações sempre particulares entre atores singulares, pequenos sujeitos que têm sua lógica própria. A totalidade estrutural de que eles dependem determina um campo definido de possibilidades, aberto a práticas econômicas e lutas políticas que a reproduzem

14 A teorização que designo como “metaestrutural” propõe uma maneira totalmente diferente de acolher a herança chamada “dialética”.

e estendem, ou a transformam. O todo não se move por si mesmo. Por outro lado, a “totalidade” pertinente na visão de Marx, o “todo social” que ele considera, não está circunscrita ao fenômeno econômico que ocupa Postone (ainda menos se ele for reduzido a uma “lei do valor”, princípio dinâmico suposto). Trata-se de um conjunto infra/superestrutural, que define também relações jurídico-políticas, ausentes do esquema metafísico, sujeito-objeto, de Postone. Sobre a base dessa matriz, Marx analisa os processos históricos nos termos da relação entre essa estrutura e suas tendências no tempo. Ele evita projetar essa relação em “dialética da história”. A “negação da negação” evocada no fim do Livro 1, que representa uma inversão da situação, tem certamente um valor sugestivo. Mas não desempenha nenhum papel na explicação dos processos históricos.

Postone propõe, ao contrário, uma dialética da modernidade. O relógio marca, de algum modo, seu começo. E a máquina, que concentra o saber da espécie, anuncia o seu fim.

6.3. *A era da máquina e da ciência*

Depois de muitos outros, e notadamente Toni Negri, Postone foi procurar no “fragmento sobre as máquinas” dos *Grundrisse* (2011, p.192-200) um elemento de reflexão não retomado em *O capital*. A ideia geral desse texto é a seguinte (ao menos seu eixo principal). Com a passagem da manufatura à indústria, a produção de riqueza no interior da sociedade depende cada vez menos do trabalho imediatamente dedicado à fabricação manual das mercadorias, e cada vez mais ao “poder” produtivo instalado graças às próprias máquinas. Esse acréscimo de produtividade é de natureza a abreviar o tempo de trabalho dito “necessário”, ou seja, suficiente para produzir os bens de consumo “necessários” aos produtores. O emprego das máquinas deveria, portanto, permitir ampliar seu tempo livre, ele mesmo fator de cultura, de saber e, logo, de produtividade. Efetivamente, seria esse o caso se os capitalistas não aproveitassem para, ao contrário, alongar o trabalho que Marx chama aqui “supérfluo”, aquele que excede esse tempo de trabalho “necessário”, ou seja, nesse sentido, um “sobretalho”. E isso constitui uma contradição no interior do próprio capitalismo, um freio ao desenvolvimento tecnológico que ele requer e que depende, com efeito, cada vez mais desse desvio de produção, condicionado por um saber social global, um *general intellect*, cujo desenvolvimento o capital entrava. Uma contradição explosiva. Aqui está, parece-me, os termos em que se pode resumir o essencial desse célebre “fragmento”.

Nas suas grandes linhas, essa exposição anuncia a problemática da mais-valia relativa exposta em *O capital*. Mas ela sublinha a sua dimensão de alienação e de contradição de uma forma sugestiva, que não se encontrará posteriormente. Trata-se de um texto fulgurante, no qual se cruzam diversas perspectivas. Ele comporta, no entanto, na sua forma concentrada e incisiva, a desse genial rascunho que os *Grundrisse* constituem (um manuscrito que seu autor nunca pensou em editar), várias formulações inadequadas em relação à teorização a que chega

Marx em *O capital*.¹⁵ Deve-se notadamente considerar com precaução a ideia, aqui enunciada, que doravante “o tempo de trabalho cessa de ser a medida da riqueza” e que “o valor de troca cessa de ser a medida do valor de uso”. Pois a análise do valor exposta em *O capital* mostra precisamente que essas duas proposições são errôneas: o tempo de trabalho não é e nunca foi a “medida da riqueza”, nem o valor de troca, a “medida do valor de uso”. Com efeito, como se sabe, na visão de Marx, não há comensurabilidade entre valor e valor de uso (ou utilidade, riqueza produzida): é nisso que ele se opõe ao que designa como “a economia vulgar”, aquela que vincula valor e utilidade. Ele expõe notoriamente a tese inversa, que vincula o valor ao tempo de trabalho socialmente necessário. É igualmente o caso da ideia de que o maquinismo significaria “o desmoronamento da produção que repousa sobre o valor de troca”. Trata-se de formulações inapropriadas: pois, na visão de Marx, na era da máquina, a lógica do mercado, a do valor, conhece, ao contrário, seu pleno desenvolvimento. É precisamente nessas proposições errôneas e numa certa indeterminação do objeto que Postone se apoiará para descobrir nos *Grundrisse* uma teorização superior.

Marx insiste aqui no fato de que a produção da riqueza social decorre cada vez mais do tempo consagrado à ciência. O trabalho “imediatamente” – que Ricardo chamava “direto” e que Marx designa também como “vivo” – é o trabalho imediatamente empenhado no processo de produção de uma mercadoria definida. Ele é distinguido do trabalho “objetivado” nos meios de produção usados para produzir a dita mercadoria, designado como trabalho “indireto”, ou trabalho “morto”. Em suma, toda produção particular se inscreve num processo de produção global que compreende a elaboração das ciências e das técnicas. Esse saber científico intervém, diz Marx, como um fator “imediatamente” da produção, “força produtiva imediata”. Vê-se que ele recorre aqui à noção de “imediatidade” em dois sentidos diferentes. E o leitor desatento é tentado a pôr no mesmo pé o que lhe pode aparecer como dois “fatores” distintos de produção, logo, de riqueza: por um lado o trabalho (imediatamente) e por outro o saber, enquanto intervém como “força produtiva” (imediatamente). Reencontrar-se-á mais adiante esse “equivoco dos fatores de produção”, com efeitos consideráveis.

Para enfrentar analítica e teoricamente tais questões, Marx deveria ter-se interrogado sobre as condições de produção desse saber: no âmbito público (produção da ciência gratuita), e no âmbito privado (mercantilização das técnicas) etc. Vasto continente que ocupa hoje em dia economistas e sociólogos. Marx não se embrenhará nesse terreno. O objeto da sua pesquisa permanecerá mais circunscrito. Ele se limitará à análise do processo de produção capitalista enquanto tem por objeto último a mais-valia. É por isso que, não sem um certo número de ambiguidades, ele designará como “improdutivo” – improdutivo de mais-valia – todo trabalho realizado fora do âmbito privado assalariado capitalista. “Improdutivo”, porém

¹⁵ Permitto-me remeter à *Théorie Générale*, p.460-463. Nota filológica sobre esse fragmento “máquina”.

essencial à produção. É na forma paradoxal dessa inversão – a de uma “lacuna” deixada à sagacidade teórica daqueles que virão depois dele – que esse célebre fragmento encontrará uma sequência em *O capital*. E esse ponto parece ter escapado aos filósofos comentadores dos *Grundrisse*.

A ideia que o capitalismo constitui um “entreve” ao desenvolvimento, por seu turno, não será abandonada, mas não desempenhará mais em *O capital* esse papel de contradição explosiva que lhe é aqui atribuído. A análise das crises alimentará uma teoria das conjunturas. Mas o conceito geral de contradição social dependerá de outra consideração: o capitalismo produz seus “coveiros”. O capital, por sua concentração crescente (resultado da concorrência) em grandes empresas que incorporam cada vez mais técnicas científicas, desenvolve maciçamente um novo tipo de produtores comuns, “formados, organizados e unidos pelo próprio processo de produção”, no sentido mais amplo.

Essa ideia, da qual se nutria a cultura do “movimento operário”, encontrou, como se sabe, algumas objeções. Ela merece uma crítica apropriada. Mas que crítica, precisamente? Na visão de Toni Negri, por exemplo, a tendência histórica do capitalismo, conduzindo à sua superação, se encontra de preferência nas formas novas de trabalho intelectual, que se desenvolvem notadamente com a informática. Nesse sentido, “o intelecto geral” – que não tinha, entretanto, essa função nos *Grundrisse* – parece tomar o lugar da “classe operária”. Em Postone, a tonalidade é diferente. Pois, dessa vez, é o declínio produtivo do “proletariado” que vai constituir o eixo da análise, e não sua ascensão potencial através do seu devir “intelectual”. Resta, portanto, saber a que sujeito recorrerá.

7. Postone perdido no Grande Sujeito

Em correlação ao declínio do Grande Sujeito Proletariado, suposto no coração do “marxismo tradicional” e glorificado por Lukács, Postone vai esboçar os traços do Grande Sujeito Capital, que, absorvendo com o saber da espécie toda a capacidade de produzir, vai tornar supérfluo o “trabalho proletário”.

7.1. A fantasia do Grande Sujeito

A tese de Postone é que a grande indústria assinala o declínio do “trabalho imediato”, compreendido como o “trabalho proletário”. Mas não é muito fácil circunscrever o campo social assim designado. O que dizer do lugar do trabalho altamente qualificado na produção dos bens ordinários? Das atividades de pesquisa-desenvolvimento no interior da empresa? O leitor se fará em vão mil e uma perguntas desse gênero. Sigamos, porém, o fio do capítulo IX, que descreve “a trajetória do capital”.

Começamos pelo estágio da manufatura, ou seja, pelo momento em que, na visão de Postone, o trabalho humano “imediato” permanece supostamente ainda como a “força produtiva essencial da riqueza material” e o trabalhador permanece ainda como possuidor de seu *know-how*, algo que caminha lado a lado na sua visão. Nesse estágio aparece o despotismo de empresa, orientado para “o aumento

da produtividade”. Quer o contexto seja capitalista ou socialista, precisa ele, não muda nada no negócio. Quer o objetivo seja “aumentar o dispêndio de tempo de sobretrabalho” [ele designa com isso o processo capitalista de valorização] ou,

inversamente, produzir um grau maior de riqueza material para satisfazer as necessidades [ou seja, para Postone, a intenção do socialismo], (...) essa mudança na finalidade da produção não acarreta uma transformação fundamental do processo de trabalho. (p.490)

Parece que aqui Postone confunde o que explica e o que está por explicar. Marx explica o despotismo de empresa por uma busca sem freio (social) da mais-valia, que decorre da estrutura capitalista. No caso do socialismo, seria preciso, segundo a mesma lógica, conseguir explicar em termos estruturais análogos o que impele dirigentes a mandar trabalhar sempre mais executantes: mostrar mais amplamente como, na relação moderna de classe, a competição entre “dirigentes-competentes” no interior da organização pode ter efeitos análogos aos da concorrência capitalista no mercado. Postone, por seu turno, encontra a explicação no que está por explicar, a saber, numa dominação desenfreada do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, que impeliria a produzir mais no mesmo tempo. Essa corrida para “produzir mais”, da qual conviria, na realidade, fornecer a explicação em cada um dos casos aqui supostos, “capitalismo” e “socialismo”, torna-se o princípio explicativo. Em suma, a explicação que ele propõe se resume a referir as duas causas a um efeito semelhante, dado como o princípio explicativo, consistindo na dominação que “o valor” daria ao trabalho abstrato sobre o trabalho concreto.

Tal é a lógica que, na visão de Postone, se impõe cada vez mais no estágio da indústria, em que o “trabalho imediato” cessa supostamente de ser “a força produtiva essencial”. Essa época é aquela em que, “segundo Marx [como sempre...], o capitalismo vem a si”. Encontram-se aqui vários problemas, porém, que giram em torno do conceito de “produtividade”.

Aqui se manifesta, inicialmente, o “equivoco dos fatores” evocado antes, que consiste em pôr em pé de igualdade dois supostos “fatores de produtividade”, ou seja, de produção de riqueza, dos quais um seria o trabalho (imediato) e o outro o saber geral intervindo como “força produtiva” (imediate). Ele engendra o pseudoproblema de saber quais relações esses dois fatores de produtividade podem ter entre si e em que momento o segundo viria a “ultrapassar” o primeiro. Postone relaciona a produtividade do “trabalho imediato” às “capacidades unicamente dos trabalhadores”, ao passo que a produtividade da ciência dependeria das “capacidades da espécie” (p.512). Ora, tal enunciado é manifestamente inaceitável. Pois se pode igualmente dizer que uma “prodigiosa acumulação de conhecimentos”, herdada da agricultura e da metalurgia neolítica, já se acha presente, no interior da manufatura, no mínimo gesto imediatamente produtivo. Essa ciência que vem do fundo dos tempos é “imediatamente produtiva”, assim como o será a ciência

moderna. E ela o é como um saber geral da sociedade, e não simplesmente como *know-how* dos operários. O algodão não entra na fábrica de fiação inglesa se não for trazido por um saber vindo de diversos continentes, implicando uma agronomia, uma arte da navegação e antigas técnicas comerciais etc.; sem falar das máquinas oriundas de uma metalurgia multimilenar. Quanto aos produtores “imediatos”, estão imersos neste “saber social”, geral e difuso; alimentam-se de uma cultura material complexa e ramificada. A oposição entre trabalho imediato e saber geral tomados como dois fatores de produção é, portanto, desprovida de toda pertinência.

Esse contraste entre a produtividade declinante dos “produtores imediatos” e a da “espécie” em plena expansão oculta, na realidade, a relação entre saberes e poderes sob o capitalismo. O saber necessário à condução dos processos produtivos tende a ser monopolizado por camadas superiores de especialistas e administradores, ao passo que o homem na sua máquina é mobilizado apenas em nome de uma ínfima parte do seu próprio *know-how*. Por sua vez, nessa fase industrial, os produtores podem também se encontrar em posição de se reapropriar desse saber coletivo, sendo reconhecidos como verdadeiros profissionais. Essa confrontação, regularmente questionada ao longo das mutações tecnológicas, analisa-se dentro de uma sociologia das classes e das lutas de classe, para a qual os conceitos “mais profundos” de Postone não trazem nenhuma contribuição significativa.

Uma figura fantasiosa vem, com efeito, ocupar todo o horizonte: a do grande Sujeito Capital, definido pela dinâmica do valor, porque ele não conhece senão um objetivo, sua própria valorização. Marx não o descreveu como um “vampiro”? Certamente. Mas, para ele, isso não é um conceito. É a metáfora do processo universal do capital, o qual só se compreende na sua relação com o singular e o particular. Aqui falta-nos o singular. O grande Sujeito Capital ocupa o lugar conceitual dos pequenos sujeitos capitalistas em concorrência no mercado por um lucro máximo. Falta, em Postone, todo esse registro de conceitos jurídico-políticos que Marx desenvolve dentro da teoria do “capital”: esse momento da relação interindividual sem o qual, por falta de “compreensão”, também não há “explicação”. Falta igualmente o pensamento do particular. Esse paradigma do “Grande Sujeito que se incorpora” oculta os dois processos particulares de reprodução e de acumulação da apropriação de classe. Trata-se, por um lado, da propriedade (nas mãos de certos “sujeitos”) dos meios capitalistas de produção, inclusive da produção do saber. E trata-se, por outro, da “competência”, no sentido da incorporação (até em seu corpo próprio) dos saberes-poderes por sujeitos competentes, cujo monopólio se reproduz diferentemente da propriedade capitalista. Tudo isso, sem o que não se pode apreender o “movimento” do capitalismo, desaparece nessa figura do grande Sujeito Capital “que move a si mesmo”.

7.2. O declínio do “trabalho proletário”

Correlativamente, Postone desvaloriza esse grande Sujeito “Proletariado”, que ele acredita encontrar no “marxismo tradicional”. Não esqueçamos que o conceito

marxiano de *Arbeiterklasse*, classe dos trabalhadores é, na sua construção conceitual, mais amplo que o de classe operária industrial: a teoria da mais-valia refere-se a todos os assalariados do capital, produtores de serviços tanto quanto de objetos materiais, de *software* quanto de *hardware*. A célebre “conclusão”, que figura no fim do penúltimo capítulo do Livro 1 do *Capital*, inscreve-se no pano de fundo histórico do capitalismo industrial, mas pode ser compreendida num sentido mais amplo. Ela associa a perspectiva revolucionária a uma situação de exploração e de miséria sempre mais opressora, mas também à “emergência de uma classe operária constantemente multiplicada e educada [*geschultet*], unificada e organizada pelo mecanismo mesmo do processo de produção capitalista” (1984, p.791). Postone, por seu lado, evoca a classe operária a título de sua alienação e de sua inutilidade, mas nunca como essa força social de que Marx fala, capaz de desempenhar um papel motor na formação de uma nova ordem social. Ele rejeita “a ideia que o proletariado representa o contraprincípio social do capitalismo” (p.63). Segundo Marx [sempre Marx!], escreve ele, “as manifestações de luta de classe” referentes ao tempo de trabalho, salários e lucros, “são estruturalmente intrínsecas ao capitalismo e, por conseguinte, são um importante elemento constitutivo da dinâmica desse sistema”. A propósito da luta pela jornada de trabalho, escreve ainda: “esse tipo de luta não representa uma perturbação num sistema por outro lado harmonioso” (*sic*, p.466). Mais geralmente, “o trabalho proletário não contradiz fundamentalmente o capital”, as ações militantes “não remetem para além do capitalismo. Elas representam formas de ação e de consciência que constituem o capital, mas não o superam” (p.543). Enunciados recorrentes, notadamente p.540-543. Postone não deixa certamente de ter razão ao criticar a ideia que “o proletariado”, sobretudo identificado unicamente com a classe operária industrial, seria “o representante de uma possível sociedade futura” (p.539). Mas resta saber qual “marxismo tradicional” se encontraria nessa proposição e em qual sentido definido. Recorde-se que o próprio Marx considerou outras vias, especialmente a partir da comuna russa...

Mas a afirmação de Postone é na realidade mais radical e mais radicalmente negacionista. A seu ver, ao lado dos “movimentos operários”, “os movimentos feministas”, os das “minorias lutando pela igualdade de direitos” também não remetem “para além do capitalismo”. Eles não fazem mais do que “realizar” “os princípios universalistas da sociedade burguesa para mais amplos segmentos da população”. E essa “forma de universalidade (...) para Marx [sempre ele...], permanece ligada à forma-valor da mediação e opõe-se à especificidade dos indivíduos e dos grupos” (p.540). Volta-se sempre à ideia, constantemente emprestada de Marx, que algo de mais profundo do que a “classe”, ou do que a propriedade privada dos meios de produção (e tudo o que se refere a isso) teria de ser procurado no “valor”, nos efeitos que lhe são inerentes. O erro de Postone, como se viu, é precisamente procurar no “valor” o que Marx situa na mais-valia e na relação de classe que ela define. Ele não pode então mostrar interesse pelas classes sociais nem por alguma relação social análoga.

8. Postone perdido na abolição do trabalho e o advento do deveria-ser

Resta então saber como poderia, apesar de tudo, emergir essa nova forma de “subjetividade” (p.64-65), essa consciência capaz de criticar o capital, e que nova ordem social ela anuncia.

8.1. A contradição principal e sua superação

Segundo Postone, a contradição fundamental da nossa sociedade é a que se estabelece entre o crescimento do “potencial das capacidades gerais da espécie” e “sua forma alienada existente”, que são dois efeitos contraditórios do capitalismo (p.527). A alienação é a maneira de ser da forma valor ou forma trabalho: “considerando que ele está necessariamente vinculado ao dispêndio de tempo de trabalho humano imediato, o valor constitui uma base cada vez mais estreita para os imensos aumentos de produtividade que induz” (p.525). Ele se torna um “entrave” à produção de “riqueza social” (p.526). “Segundo Marx, trata-se da contradição crescente entre o tipo de trabalho que os homens realizam sob o capitalismo e o tipo de trabalho que realizariam se o valor fosse abolido” (p.61). Está-se aqui, com efeito, muito perto de uma ideia comum a todos os marxismos, “tradicionais” ou não. Reencontra-se a dimensão “objetiva”: a revolução técnica trazida pelo capitalismo torna possível um outro futuro. E a dimensão “subjetiva”: pode surgir daí um processo de consciência, não há muito tempo chamado “consciência de classe”. A questão é, no entanto, saber como se compreende, de um lado, essa “contradição social crescente”, e, de outro lado, o processo de “subjetivação crítica” ao qual ela dá lugar.

Na visão de Postone, a contradição central da sociedade capitalista reside mais precisamente no fosso existente entre uma produção para o valor, realizada pelo “trabalho imediato”, aliás, “proletário”, e uma produtividade de riqueza concreta que depende cada vez mais do saber da espécie, incorporada no capital, na forma de meios científicos e técnicos. Com a industrialização capitalista, “o trabalho proletário é cada vez mais supérfluo do ponto de vista da riqueza material, logo, anacrônico; no entanto, ele permanece necessário enquanto fonte do valor” (p.521). O vampiro, que só se interessa pelo trabalho abstrato, fator de valor, tira proveito disso. Mas num contexto cada vez mais crítico.

Porém, parece bem difícil pôr de um lado um trabalho (“proletário”, ou “imediato”) que produziria o valor, e do outro a maquinaria da ciência (concentrada na máquina) produtora de riqueza, ou seja, do produto concreto como valor de uso. Fora da ação “imediate” do trabalhador, a máquina mais inteligente não tem nenhum tipo de produtividade nesse sentido. Nenhum tipo de existência. No tocante à riqueza material a produzir, ao valor de uso, o trabalhador nunca é então “supérfluo”. É um luxo que o capitalista não pode dispensar. Se massas de trabalhadores ficam, subitamente, “supérfluas” – descartáveis – é, em última análise, porque se tornam inúteis no tocante à mais-valia a obter de seu sobretrabalho. Para

um capitalista, uma empresa se torna anacrônica tão logo a venda das mercadorias que produz não traz mais a mais-valia esperada. O trabalhador não é superfluo em valor de uso N1 senão no momento em que se torna improdutivo em matéria de mais-valia N3. A “contradição” deve ser procurada em outro lugar. Ela não deve ser encontrada na relação de valor – “mediação universal” entre todos na visão de Postone –, mas na relação de mais-valia, ou seja, na relação de classe.¹⁶

Na lógica de Marx, a emergência de uma crítica social analisa-se dentro da relação de classe, na sua dinâmica estrutural. Os capitalistas não podem visar um objetivo de riqueza abstrata N3 que não esteja implicado na realização de uma riqueza concreta a produzir N1, na forma de mercadorias N2, respondendo às expectativas de uma população cuja desgraça, para eles, se deve a que ela é também um “povo”. A instrumentalização da razão nunca é tal que os seres humanos fiquem completamente despossuídos dela. O poder capitalista deve enfrentar a evidência de que o povo que trabalha é também capaz de se organizar para exigir que se produza este ou aquele tipo de mercadorias N2, esta ou aquela condição do uso das forças de trabalho, e também para que se produza de forma não mercantil N2b. Esse é o pão cotidiano da luta de classes sob o capitalismo. Essa é a “contradição econômica” do capitalismo, que interfere com a “contradição política”, a qual se deve ao fato de que o capitalismo – num âmbito nacional pelo menos (vasto assunto) – não pode oficialmente não declarar aqueles que ele explora como sendo, no princípio, livres e iguais.¹⁷ Eis como, na perspectiva de Marx, à medida que na grande empresa nascem novas relações de força, emerge uma capacidade social crítica. Quando a firma industrial cessou de ocupar esse espaço social central, essa dimensão da análise de Marx deve ser evidentemente revista. Mas a lógica de seu enfoque sugere que se busquem estratégias pelas

16 Notar-se-á – e talvez tivesse sido preciso começar por aí toda a explicação – que a ideia de “produzir valor” é relativamente aberrante em relação à gramática de Marx, o qual, no nível N3 da análise do capital, emprega essa expressão somente num contexto bem definido: na identificação do par “valor produzido”/ “valor transferido”. Para ele, o assalariado existe para produzir *não valor, mas mercadorias*, as quais têm um valor $c + v + mv$: capital constante + capital variável + mais-valia. Nesse processo, Marx distingue o valor *transferido* (“c”), o dos meios de produção usados, e o valor novamente *produzido* (“v + mv”), correspondendo ao montante do salário e da mais-valia. O objetivo de *todo capitalista* não é que seja produzido *valor*, mas que sua mercadoria tenha o *menor valor* possível, para que, vendida pelo mesmo preço que a do concorrente, ela lhe traga um lucro diferencial, permitindo-lhe *aumentar sua mais-valia*. Todo capitalista *minimiza* o valor para *maximizar* a mais-valia. Mas, em Postone, os capitalistas (singulares) não existem: somente “o capital”. Ora, confundindo assim valor e capital, não se podem compreender os mecanismos elementares do capitalismo. Esta confusão é, infelizmente, amplamente difundida entre os filósofos intérpretes do *Capital*. Notemos aqui o interesse sutil deste termo francês [e português, N. da T.] “mais-valia”, que Marx manteve, na versão definitiva, a de Roy, inteiramente revista por ele, em relação ao alemão “sobrevvalor”, *Mehrwert*. Ele ajuda a conceber que se troca de registro teórico quando se passa de N2 a N3, precisamente: a “mais-valia” não é somente uma maior quantidade de “valor”, é um outro tipo de lógica social que não o “valor”. Não é um poder sobre coisas a trocar ou a consumir, mas sobre pessoas e meios de produção a “fazer trabalhar” juntos, em vista de um lucro.

17 Ver *Foucault avec Marx*, §411, “A contradição política do capitalismo” e §412, “A contradição produtiva do capital”.

quais os “sem-privilégios” (os “proletários”) realizarão uma ascensão em poder e em consciência. A tomada de consciência é indissociável desses processos de luta social. Ela não é invocável como assinalando uma via específica, distinta daquela da luta de classes. Esta se articula também – não é o objeto da presente análise – às lutas de gênero e de raça. Mas Postone, como se viu, manifesta por elas um desdém semelhante. Pois o fundo da questão é, a seu ver, a insuportável pressão que o tempo faz pesar sobre o trabalho sob o domínio do valor.

8.2. Postone abole o valor, o trabalho e o tempo

A *Crítica do Programa de Gotha* distingue, como se sabe, para além do capitalismo, duas “fases do comunismo”. Mas estas não têm a mesma importância. Na primeira, designada mais tarde como a do “socialismo”, prevaleceria uma ordem concertada e planejada entre todos. Marx sugere que, supondo-se abolida a propriedade privada dos meios de produção, restará uma outra contradição devida aos privilégios do “trabalho intelectual” em relação ao “trabalho manual”. A segunda, a do “comunismo” propriamente dito, não adviria a não ser quando “a abundância” tivesse sucedido à escassez, ou seja, quando se tivesse encontrado uma resposta satisfatória às necessidades humanas fundamentais.

Postone pensa numa única “fase”. A abolição do valor, libertando da dominação suposta do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, acabaria com a alienação. Para Marx, trata-se, na realidade, mais propriamente da abolição do mercado, que é um mercado capitalista, e, portanto, de início, do mercado da força de trabalho. E isso pela imposição de uma outra lógica de produção. Desde o começo os assalariados agem, aliás, nesse sentido. A “luta secular” pela limitação legal da jornada de trabalho é voltada contra a submissão a uma suposta “lei do mercado” do trabalho. Ela faz aparecer uma outra legalidade, antagônica à do mercado, mas que não poderia chegar a seu termo senão na forma de um planejamento concertado entre todos. Em Postone, o processo abolicionista diz respeito não à “classe operária”, mas aos “homens” em geral (p.524). Trata-se, além do mais, de pôr fim à centralidade do trabalho, a qual, “para Marx” [claro...], “caracteriza o capitalismo e forma a base última de seu modo de dominação abstrato” (p.529). Ou seja, também, de pôr fim à centralidade dos trabalhadores. Pois essa dominação abstrata é “representada” pelo próprio proletariado. Segundo Marx [ainda e ainda...], “a universalidade representada pelo proletariado é finalmente a do valor” (p.539). Não se trata somente de questionar o “papel emprestado à classe operária na crítica da economia política” (ibid.). Trata-se de abolir, com a classe operária, o próprio domínio do valor e do trabalho como atividade implicada numa coação social. Trata-se de abolir o próprio tempo, tal como ele está implicado no trabalho.

Eis o que Postone gostaria de fazer Marx dizer nas páginas que ele dedica aos “reinos da necessidade” (p.553 et seq.). Duro combate, visto que Marx se explicou claramente sobre o assunto, em sentido inverso precisamente, como se viu no texto analisado anteriormente:

após a supressão do modo capitalista de produção (...), a *determinação do valor* (grifo meu) permanecerá dominante, porque será mais necessário do que nunca regulamentar a duração do trabalho, distribuir o trabalho social entre os diferentes grupos produtivos, enfim, manter sua contabilidade.

Com efeito, esses são “problemas gerais” que toda sociedade deve enfrentar: problemas N1, tal como eles se manifestam em N3, no momento em que o capitalismo é superado pelo socialismo, ou seja, na primeira fase do comunismo. Postone, num comentário tortuoso, cruza esse texto com outro do mesmo teor: “economia de tempo e distribuição planejada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos permanecem a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva” (Marx, 2011, p.110). Curiosamente, ele parece ver aí o anúncio do “fim temporal da riqueza” (p.555). Trata-se, diz ele, de passar da “forma-tempo da riqueza” (p.556) a uma riqueza de “forma material”. De uma riqueza temporal a uma riqueza material, a uma produção em que o tempo não conta mais. Eis o que seria possível “se o modo de mediação constituído pelo trabalho fosse abolido” (p.555). O tempo, a bem dizer, não desapareceria, mas não teria mais do que um valor “descritivo”. Numa palavra, “a dialética do capital, na análise de Marx” [sempre ele!] indica “a possibilidade, por assim dizer, da humanidade se libertar da maldição de Adão” (p.556). Sair-se-ia pelo menos das “tarefas unilaterais”, asseguradas “por rotação”. E não se estaria mais “condenado a um único tipo de trabalho” durante a vida toda. Forçoso é constatar que, duas décadas depois da publicação do livro, o capitalismo chega a nos conceder a “mudança” (a flexibilidade), mas não a “rotação”... Não é caso de se espantar. Pois isso não será possível “enquanto o trabalho humano imediato constituir a base social da (super) produção contínua” (p.531-532). Postone, no fundo, explica-nos que a mudança não será possível enquanto as coisas que é preciso mudar não tiverem mudado.

Marx, por seu lado, não permite prever um tempo em que a humanidade teria superado a “condição humana”, N1. Ele não volta à ideia que “toda economia é economia de tempo”, ou seja, que o “trabalho” permanece uma coação social de dimensão “temporal”. Sob o “comunismo”, ainda será preciso que cada um trabalhe: será preciso obter “de cada um segundo suas capacidades”, para que possa ser dado “a cada um segundo suas necessidades”. Esse conceito de comunismo (fase 2) deve ser antes tomado como o princípio de uma crítica do socialismo (fase 1), em que vai dominar o poder-saber.

Postone atribui a Marx a ideia que “essa crítica se enraíza não naquilo que é, mas naquilo que se tornou possível” (p.528). Na realidade, ambos pensam a partir do possível, mas diferentemente. Para Marx, é possível uma derrocada da relação capitalista de classe. Ele pensa a partir do presente. Para Postone, é possível uma tomada de consciência. Ele nos convida a pensar a partir do fim dos tempos, considerando retrospectivamente a dinâmica “direcional” (p.426), que nos conduz para lá. Marx pensa segundo o adágio “o sistema engendra seus coveiros”, ou

seja, *forças sociais positivas* capazes de intervir, capazes de conceber e de iniciar uma outra ordem social. Tal é precisamente a ideia que Postone rejeita, embora pretendendo, como sempre, seguir Marx. “A imanência” dessa contradição aparece não em termos *positivos*, no sentido em que seriam forças produzidas pelo sistema, mas de natureza a abalá-lo, e sim nos termos de uma “*crítica negativa*” (p.528, grifo meu), em que se manifesta “uma possibilidade determinada que surge historicamente do caráter contraditório da ordem existente” (ibid.). Essa contradição entre o que é e o que poderia ser, ou deveria ser, é de natureza a suscitar “formas de distância crítica e de oposição”. Pois se trata de um “‘deveria-ser’ realizável, que é imanente ao ‘é’ e que serve de ponto de vista à sua crítica” (p.137). Neste ponto, porém, Postone remete a uma capacidade crítica universal, que, como tal, não é especificamente “imanente” a essa forma de sociedade. Fracassa então manifestamente no programa a que se propôs. Na velha linguagem “hegeliano-marxista”, ele propõe uma saída “kantiana” para um projeto “hegeliano”.

Resta saber se tal programa, que permitiria considerar uma política da emancipação a partir das condições do presente, é de alguma forma concebível.

9. Como assumir, no entanto, o projeto de Postone

Postone vem no seu tempo. No tempo em que todos os projetos inspirados por Marx parecem desfeitos. A despeito de tudo, avança como um profeta da esperança. As figuras concretas da emancipação propostas pelo marxismo não responderam às expectativas depositadas nelas durante um século. Enquanto filósofo, Postone procura retomar as coisas mais do alto na ordem do pensamento. Reinicia a explicação a quem do conceito de classe, numa disposição mais geral da ordem social, que ele identifica ao registro da mercadoria, hoje em dia legível numa mercantilização global que não poupa mais nada e que submete toda riqueza concreta, toda forma de vida, à vacuidade de uma tensão rumo a um “sempre mais” que permanece abstrato, governando o trabalho e a existência cotidiana. Em tudo isso, ele tem evidentemente razão.

Ele se dirige a um leitor que vê pesar sobre si um destino que seria menos o de ser explorado do que estar destinado a uma existência desprovida de sentido. De ficar para sempre preso numa lógica da valorização capitalista, correndo na esteira rolante que exige sempre mais produção e consumo. Aquele que se sente interpelado por esse discurso pode também se reconhecer como ator potencial de uma libertação coletiva no lugar de um suposto mundo do trabalho historicamente ultrapassado. Tal leitor poderá também associar hoje esse discurso de vinte anos de idade, ligado aos debates de então sobre “o fim do trabalho”, às expectativas da ecologia, identificando-se com a pessoa esclarecida pelos novos saberes da espécie e capaz de “distância crítica”.

Tentei destrinçar a rede de impasses que se desenvolve, no entanto, a partir das confusões iniciais entre a lógica do mercado e a do capital, a dos capitalistas, a qual jamais é finalmente analisada como tal. Postone não invoca o registro da

mais-valia, da exploração e da classe social a não ser sob o signo do “isso não basta”, sem que algo seja daí tirado, sem que qualquer crítica seja formulada. Ele substitui o tema da exploração pelo da abstração, do desaparecimento do sentido nas condições da mercantilização universal. O ser alienado vem substituir o ser explorado. Mas não resulta daí que se compreenda melhor “a alienação”. Pois é na lógica da exploração, e em nenhum outro lugar, que se revela a abstração capitalista, essa exigência de riqueza abstrata, à qual tudo é alienado, o destino dos seres humanos e o da natureza que o sustenta, o sentido vulnerável das vidas singulares e a singularidade viva das culturas.

A Grande Narrativa à la Postone pode evidentemente servir à crítica do capitalismo. E ela desempenhou esse papel em alguns contextos sociais. Na verdade, mais do que uma narrativa, é um Grito, que se repercute em ecos redundantes dentro do caos conceitual de múltiplas ressonâncias de que ele se cerca. Mas não se vê bem que balanço analítico e político se pode tirar daí. A utopia aí revelada não sugere nenhuma estratégia, porque não está ligada a nenhuma análise que permita identificar relações sociais concretas de classe (de sexo, de raça...). O que ela designa como “estrutura fundamental” é o domínio suposto do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, destinado a subsistir enquanto o trabalho enfrentar uma coação de tempo. Não é nesta coisa obscura que o povo dos sem-privilégios, dominado pelo poder-propriedade dos capitalistas e o poder-saber das assim chamadas “elites”, encontrará uma indicação estratégica, que lhe permita identificar adversários e parceiros. Não voltarei a fazer aqui a conta de tudo o que está assim perdido, na teoria e na prática, notadamente no terreno da ecologia (pois é preciso pôr nomes nas potências destruidoras, nos potentados do capital, como nos do Estado). Limitar-me-ei ao exame da ideia de “crítica imanente”, cuja exigência Postone relembra, e que constitui *o alfa e o ômega* do seu procedimento.

Não se censurará Postone por não ter falado de tudo. Ele circunscreve seu assunto: tempo, trabalho e dominação social. Pode-se, porém, pensar que ele faz uma má abstração. Para dizê-lo na linguagem de um marxismo “tradicional”: é impossível, sobretudo se se reivindica uma ambição filosófica, tratar da infraestrutura sem envolver a superestrutura. É por isso que o Livro I do *Capital* começa por uma Seção 1 onde são correlativamente apresentados, e dentro do mesmo tecido conceitual (dentro dos mesmos conceitos), dados econômicos sobre produtores em concorrência num mercado e dados jurídico-políticos sobre suas interrelações enquanto parceiros que se reconhecem nisso “ficticiamente” como livres e iguais. Ou seja, o que designei como o nível N2 (sabe-se, especialmente desde Pachukanis, que é aí que se encontra o princípio da teoria marxiana do direito). Marx mostrará a seguir porque tudo isso é apenas “pretensão”: o liberalismo pretende que o mundo é um mercado, que tudo é somente troca. Resta que essa pretensão é um fato real, princípio de imanência crítica. E, passando do mercado ao capital, de N2 a N3, Marx renova de imediato a operação invocando a análise de Hegel, segundo a qual essa ficção mercantil é imanente à relação salarial: o assalariado

é declarado livre por aquele que o toma sob seu governo. Esta ficção comprova nossa razão instrumentalizada na relação de dominação e de servidão salarial. Esta ficção de liberdade e de igualdade é um fato, que se rememora ao longo da luta dos proletários esboçada por Marx: “nosso contrato”, diz o trabalhador que faz ouvir sua voz para exigir uma legislação da jornada de trabalho. Marx vê aí o prelúdio à instauração de uma outra lei, a uma luta em vista de uma ordem concertada entre todos e libertada do horizonte de abstração destruidora de vida no qual nos encerra a dominação capitalista. Esta “ficção” está no âmago de uma luta de classe que invoca a emancipação.

Não é aqui o lugar de discutir as respostas trazidas por Marx, a pertinência da sua análise de classe e as conclusões a tirar daí. Mas está claro que Postone nos priva de todo o espaço analítico que permite conceber concretamente o enfrentamento das forças sociais nas condições da sociedade moderna. É preciso certamente retomar as coisas pelo começo, pela metaestrutura da modernidade,¹⁸ mas compreendendo-a na sua relação de imanência com a estrutura social que a instrumentaliza, ou seja, com as relações de classe, que estão por redefinir para além da abordagem de Marx. Tudo está por retomar a partir da instrumentalização da razão comum e da crítica que ela suscita, na imanência das lutas e das práticas, nas conjunturas do Sistema-mundo. É pouco dizer que se trata de uma vasta obra a empreender.

Referências bibliográficas

- BIDET, Jacques. *Altermarxisme, un autre marxisme pour un autre monde*. Paris: PUF, 2007.
- _____. *Foucault avec Marx*. Paris: La Fabrique, 2014.
- _____. *L'État-monde, Libéralisme, Socialisme et Communisme à l'échelle globale, Refondation du marxisme*. Paris: PUF, 2011.
- _____. *Théorie générale*. Paris: PUF, 1999,
- _____. *Explication et reconstruction du Capital*. Paris: PUF, 2004.
- _____. *Que faire du “Capital”?*. Paris: Klincksieck, 1985. 2.ed. (Paris: PUF, 2000).
- _____. *Le néolibéralisme comme régime et comme subjectivité*. (em preparação)

18 O conceito de metaestrutura só se esclarece pelo conjunto da teoria da qual ele é o centro. A ideia diretora é que a “estrutura” social moderna, tomada como estrutura de classe, só pode ser compreendida a partir de sua “metaestrutura”, ou seja, a partir dos seus pressupostos de razão instrumentalizados. Existem, com efeito, dois modos primários da coordenação racional na escala social: o mercado e a organização. Na sociedade moderna, eles formam os dois “fatores de classe”, que se combinam em “relação de classe”. Marx havia mostrado, nesse sentido, como a relação mercantil se transforma em relação de classe capitalista tão logo ela integra a força de trabalho como mercadoria. Mas ocorre o mesmo com a organização. Na realidade, essas duas mediações estão constitutivamente ligadas. E o par mercado-organização, em que se estabelece um “racional” econômico, tem por correlato a bipolaridade jurídico-política entre contratualidade interindividual e contratualidade social, que articula o “razoável” político. Tal é, em toda a sua complexidade, a “ficção moderna”, cuja forma moderna de sociedade é a inversão instrumental em relações de classe.

- MARX, Karl. *O capital*. Paris: Éditions Sociales, 1950 [1982], (K1 a K8).
_____. *Das Kapital*, Livro I. Marx-Engels Werke, v.23, Berlim: DietzVerlag, 1984.
_____. *Grundrisse*, Paris: Éditions Sociales, 2011 (G1 e G2).
POSTONE, Moishe. *Temps, travail et domination sociale, Une interprétation de la théorie critique de Marx*, Paris: Mille et une nuits, 2009 [1993]. [Ed. Bras. : *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Trad.: Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.]

Resumo

O artigo procura criticar certa leitura de Marx, para a qual toda a história do marxismo não seria mais do que um mal-entendido. Para essa vertente, o “marxismo tradicional” teria visto em Marx apenas uma crítica das desigualdades, da propriedade privada e da anarquia do mercado, interpretação responsável pelos desvios stalinistas e reformistas. Moishe Postone, um dos principais representantes dessa corrente, considera o capital o único sujeito do presente histórico, constituindo um sistema autonomizado cuja destruição parece impossível. O artigo visa criticar esse autor que desconsidera a luta de classes como motor da transformação histórica. Ao fazer isso, revela tanto os limites quanto a atração exercida por essa análise unilateral e impotente: Postone apoiou-se no fracasso das tentativas emancipadoras do século XX para traçar um horizonte impressionista, manipulando habilmente os conceitos marxianos e levando à ocultação do real histórico.

Palavras-chave: capital; trabalho concreto; trabalho abstrato; mais-valia.

Abstract

The article criticizes a certain interpretation of the Marxist theory to which the whole history of Marxism would have been a big misunderstanding. For some authors “traditional Marxism” has seen Marx only as a critic of inequality, private property and market anarchy, leading many interpreters to Stalinist and reformist deviations. Moishe Postone, one of the main representatives of this trend of thought considers capital as the only subject of the historical present, a system whose destruction seems impossible. The article criticizes this interpretation and its disregard of class struggle as the motor of historical change and reveals both the limits and the attraction of this one-sided and maimed analysis. Postone relies on the failure of the emancipatory movements of the twentieth century to trace an impressionist horizon, skillfully manipulating the Marxist concepts and concealing the historical reality.

Keywords: capital; concrete labour; abstract labour; surplus-value.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Crise e relações de gênero

Alex Demirović e Andrea Maihofer

Análise crítica da "nova dialética"

Cláudio Gontijo

Rosa Luxemburgo: imperialismo e crise

Eduardo Mariutti

O mito do fracasso da URSS

João Quartim de Moraes

**LEF: Cinema e revolução
na Rússia soviética (Dossiê)**

François Albera, Ronaldo Rosas Reis e
grupo LEF

40